

Relatório da Administração Exercício de 2012

Apresentação

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia, elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais, os quais resumem o desempenho de suas atividades no exercício de 2012. O Relatório deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas, notas explicativas e pareceres.

Mensagem aos acionistas

Ao completar setenta anos de sua fundação, o ano de 2012 entra para a história do Banco da Amazônia, que está intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento de toda a Amazônia Legal. O Banco reformulou seu Planejamento Estratégico, atualizando a missão, visão, valores, objetivos e desafios estratégicos. Este ano também foi importante considerando o alcance de marcas excepcionais na expansão da carteira de crédito, especialmente direcionada para o fomento, liderada pelos recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte, privilegiando micro e pequenas empresas, além da agricultura familiar. Com os resultados apresentados, o Banco da Amazônia se fortalece na efetivação das políticas públicas, exercendo papel relevante para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

Fechando as ações de comemoração dos seus 70 anos, o Banco lançou em dezembro o livro "Banco da Amazônia 70 anos" que conta sua trajetória ao longo dessas sete décadas de existência.

Panorama Econômico

O ano de 2012 foi fortemente marcado pelas tentativas pouco eficazes de injetar maior dinamismo à atividade econômica dos países desenvolvidos. No transcorrer do ano, com o agravamento e a contaminação das economias dos países emergentes pela crise europeia, o desempenho nacional foi significativamente afetado. De acordo com dados do IBGE, de janeiro a outubro, a economia brasileira acumulou crescimento de apenas 0,7%, ante igual período do ano anterior.

Contudo, alguns indicadores do 4º trimestre já apontam para uma nova aceleração do ritmo da atividade produtiva no País. A economia do Brasil, seguramente, ainda vive grande momento. O País tem uma de suas menores taxas de desemprego dos últimos anos. A taxa de desocupação estimada em novembro foi de apenas 4,9%, a segunda menor de toda a série histórica do IBGE (a menor foi de 4,7% em dezembro de 2011).

Com o objetivo de acelerar o crescimento do PIB, o governo brasileiro adotou, no decorrer do ano, diversas medidas, entre elas a redução das taxas de juros que sofreu sete cortes consecutivos, atingindo uma taxa recorde de 7,25%, uma ação importante para a redução dos custos de produção no País e ganho de competitividade.

O Banco da Amazônia inserido nesse contexto promoveu a redução de taxas, alcançando patamares, ao final do exercício, bem abaixo dos praticados em 2011. Com taxas de juros menores que o mercado financeiro em geral, o Banco ampliou a concessão de crédito, fortalecendo o incentivo a projetos de crescimento aliados ao desenvolvimento sustentável.

Ações e desafios

- Planejamento Estratégico para o período de 2012 a 2015

Discutido e elaborado ao longo do 2º semestre, o Planejamento Estratégico do Banco contou com a contribuição de todos os empregados da Instituição por meio de uma metodologia participativa.

- MISSÃO:**
 - Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através da execução das políticas públicas e da oferta de produtos e serviços financeiros, visando à satisfação dos clientes, acionistas e sociedade.
- VISÃO:**
 - Ser reconhecido como uma Instituição de sólidos resultados, referência em responsabilidade socioambiental e parceiro essencial de organizações voltadas para o desenvolvimento da Amazônia.
- VALORES:**
 - Desenvolvimento sustentável como modelo de redução das desigualdades sociais e espaciais e que o fortalecimento do Banco, sua rentabilidade, a criação de valor para o cliente, acionistas e sociedade, são contribuições essenciais para a indução desse modelo de desenvolvimento.
 - Ascensão profissional pelo mérito, nas decisões colegiadas, no trabalho em equipe e na valorização e qualificação dos empregados.
 - Diálogo na construção de consensos e na gestão compartilhada, para alcançar o desenvolvimento e bem-estar almejados.
 - Atuar de forma eficiente, persistente, responsável, inovadora e comprometida, garantindo que as ações da empresa tenham efetividade.
 - Atuar com ética, transparência e respeito às pessoas e aos valores institucionais.
 - Reconhecer, como essencial, o conhecimento e o desenvolvimento contínuo de competências técnicas e pessoais dos empregados.

Além das declarações estratégicas, três grandes objetivos foram definidos:

- sustentabilidade econômico-financeira da Empresa;
- liderança mercadológica e referência em desenvolvimento sustentável na Região; e
- adequado portfólio de negócios.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social

A sustentabilidade do meio é muito mais abrangente do que a realização de ações isoladas, consiste em efetuar uma gestão envolvida com desenvolvimento sustentável do empreendimento. Diante de tal fato e por conta de todo trabalho efetuado, o Banco da Amazônia é reconhecido como um dos bancos no Brasil que mais demonstra preocupação nesta área.

Em 70 anos de Investimentos na Região Amazônica, o Banco buscou dar ênfase a projetos sustentáveis. Assim, por princípio básico, cada uma das empresas que fazem parceria com a Instituição tem de estar comprometida com o meio ambiente, que gera mão-de-obra, emprego, renda e qualidade de vida para a população.

No ambiente interno, fortaleceu a sustentabilidade em suas políticas estratégicas, representada pelos programas e ações, como a Política Socioambiental no Crédito e os programas socioambientais "Fornecedor Verde", "Amazônia Recicla", "Amazônia Otimiza" e "Viva a Vida". Intensificou ainda iniciativas de lançamento da Agenda 21, Agenda ambiental da atividade pública A3P, Protocolo Verde e a Página de Sustentabilidade em seu site.

Resultados do Programa Mais:

Em 2012, foi implementado um plano de ação desafiador, com o propósito de alavancar resultados importantes para a Instituição.

O PROGRAMA MAIS contou com três pilares fundamentais:

FNO MAIS: objetivo principal foi trabalhar na busca de cumprir integralmente a meta de aplicação do FNO que importava em R\$4.020,0 milhões, alcançando o total de R\$4.300,1 milhões.

RECUPERA MAIS: objetivo principal foi trabalhar na busca de cumprir integralmente a meta de recuperação de crédito e redução da inadimplência. O desempenho nas receitas de recuperação de crédito ultrapassou a meta estabelecida para o exercício. Atingiu o montante de R\$97,0 milhões, abrangendo a carteira comercial e de fomento, inclusive FNO.

ECONOMIZA MAIS: objetivo principal foi trabalhar na busca de reavaliar os gastos e reduzir custos.

As diversas ações adotadas para otimização de gastos potencializaram o resultado, gerando economia e melhoria da eficiência do Banco. Contribuíram também para o fortalecimento da cultura de gasto eficiente. O resultado desse esforço comparativamente na redução das despesas gerenciais em 2,4% comparativamente a 2011.

Desafio – "Programa Supera Mais"

Com o sucesso do "Programa Mais", a direção do Banco lançou novo programa, de conteúdo mais abrangente, denominado "Programa Supera Mais", definindo como estratégia para 2013, acrescentando novas frentes de desafio.

O "Supera Mais" conta com três subprogramas:

- Mais crédito: voltado para garantir o atendimento das metas traçadas para o crédito de fomento, com recursos do FNO e outras fontes, e para o crédito comercial.
- Mais Recuperação: visa garantir a superação da meta de recuperação de créditos e redução da inadimplência, dando continuidade à excelente performance do ano de 2012.
- Mais Resultados: propõe a elevação das receitas e redução efetiva das despesas administrativas gerenciais; o cumprimento das metas de conformidade; a dinamização dos Programas Amazônia Otimiza e Amazônia Recicla; e a garantia da rentabilidade das operações de tesouraria.

Com estratégias definidas, o foco não se concentra unicamente em rentabilidade, mas em contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região, diversificando o crédito, atendendo desde o pequeno empreendedor até os projetos estruturantes.

Área internacional

O Banco da Amazônia renovou, em 2012, sua filiação a importantes parceiros institucionais, a saber: *Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo* (ALIDE), *Institute of International Finance* (IIF) e Câmara de Comércio Brasil-EUA.

Por ser a principal referência em política socioambiental na região Amazônica e signatário da Agenda Ambiental de Atividades Públicas (Agenda A3P), durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (RIO+20), em 2012, o Banco da Amazônia se destacou, não apenas como um dos patrocinadores oficiais do evento, mas como participante, prova de que a questão ambiental é tema estratégico para negócios de sucesso, aliando preservação e desenvolvimento.

Ainda pelo seu papel fundamental no desenvolvimento sustentável da Amazônia, o Presidente do Banco da Amazônia foi nomeado membro do Conselho Diretivo da entidade, para o período 2012/2014, na reunião do Conselho Diretivo da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE), em Lima (Peru).

Desempenho

Carteira de Crédito

O Banco, com sua política socioambiental, além de estar atento aos resultados dos investimentos, considera também a variável ambiental em seu processo de avaliação do crédito.

No mercado financeiro, a inadimplência continua sendo preocupação crescente para todas as instituições bancárias. O Banco da Amazônia, nos últimos três anos, vem, permanentemente, aprimorando as normas e informações gerenciais, visando à adequada gestão da sua carteira de operações.

O modelo de gestão de risco de crédito utilizado pela Instituição tem por filosofia o contínuo aprimoramento das etapas de acompanhamento, cobrança e recuperação, administrando a inadimplência de forma sistemática.

Comercial

A área comercial manteve performance de crescimento alcançando o montante de R\$1.552,0 milhões, em torno de 37% superior em relação a 2011 (R\$1.130,0 milhões), sendo R\$1.293,7 milhões em crédito geral e R\$258,3 milhões em operações de câmbio.

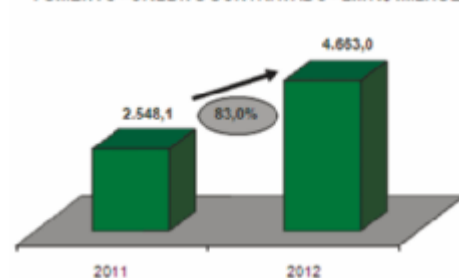
Fomento

As diversas ações dos governos federal e estaduais propiciaram várias oportunidades de investimentos na região. O Banco da Amazônia atento a esses movimentos induziu a efetivação de projetos que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da Amazônia. Ações como "FNO Itinerante" e "Banco da Amazônia e SEBRAE mais perto das micro e pequenas empresas" alavancaram as contratações e permitiram a aplicação plena dos recursos disponíveis.

Crédito Contratado

No exercício de 2012, foi contratado o montante de R\$4.663,0 milhões incluindo todas as fontes de recursos operacionalizadas pelo Banco da Amazônia, alcançando crescimento de 83,0% em relação ao ano de 2011.

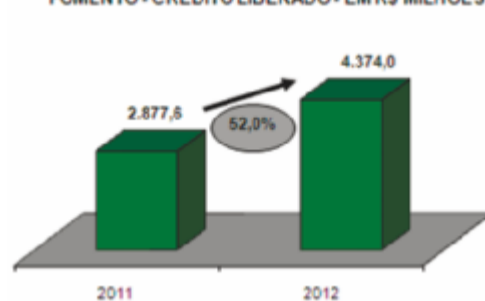
FOMENTO - CRÉDITO CONTRATADO - EM R\$ MILHÕES



Crédito Liberado

Em 2012, considerando todas as fontes de recursos de longo prazo, foi liberado o montante de R\$ 4.374,0 milhões, atingindo crescimento de 52,0% quando comparado com o ano anterior.

FOMENTO - CRÉDITO LIBERADO - EM R\$ MILHÕES



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O art. 159 da Constituição Federal criou os fundos constitucionais, cabendo ao Banco da Amazônia a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), uma fonte estável de recursos de longo prazo para a ação creditícia de fomento.

Com essa fonte de recursos, o Banco contratou, em 2012, o montante de R\$4.300,1 milhões, correspondendo, aproximadamente, ao efetivado nos anos de 2010 e 2011, juntos.

Em termos de liberação, foi injetado na economia da Região Norte o valor de R\$2.622,9 milhões, crescendo 22,1% em relação ao exercício de 2011.

Programas de 2012

Os recursos financeiros do FNO foram aplicados através de seis programas de financiamento contidos no Plano de Aplicação de Recursos para o ano de 2012, compreendendo:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF);
- Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO- Amazônia Sustentável);
- Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade);
- Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI);
- Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e
- Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

Com destaque para os seguintes:

Agricultura Familiar (PRONAF):

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco vem apoiando, de forma significativa, o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental.

Foi aplicado o montante de R\$ 843,1 milhões na agricultura familiar na Região Amazônica, com crescimento de 94,0% em relação ao valor aplicado em 2011.

Biodiversidade:

O Programa FNO-Biodiversidade é destinado ao financiamento de projetos de florestamento e reflorestamento, manejo sustentável e recuperação de áreas de reserva legal e preservação permanente do bioma Amazônia.

Através do Programa, R\$162,5 milhões foram aplicados, registrando crescimento de 257%.

Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI):

A linha de crédito para empreendedor individual (EI), aplicou no exercício de 2012 montante de R\$5,7 milhões, representado por 979 operações.

Micro e Pequenas Empresas (MPE)

A ampliação do crédito para pequenas portes foi uma das prioridades na atuação do Banco da Amazônia, sendo que, em 2012, ocorreu uma alavancagem significativa do montante aplicado com recursos do fomento em relação aos anos anteriores, inclusive entrando no operacionalização o programa específico para o segmento de micro e pequenas empresas não rurais com recursos do fomento (FNO MPE).

Esse programa permite o financiamento de todos os itens necessários à implantação do plano de negócios ou projeto, financiando máquinas, equipamentos, construção civil, contemplando inclusive aquisição de imóveis para localização ou realocação de empreendimentos.

As aplicações feitas em crédito com MPE atingiram o total R\$ 532,0 milhões, resultando em crescimento de 156,0% em relação a 2011.

Emergencial

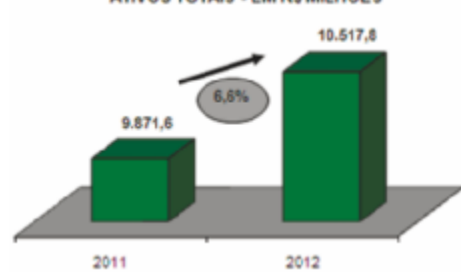
Em operações de linhas emergenciais, lançadas especialmente para atender os atingidos pelas enchentes que afetaram os estados amazônicos, foram aplicados R\$ 258,6 milhões, distribuídos em 23.444 operações.

Desempenho econômico-financeiro

Ativos

O Banco da Amazônia S.A. encerrou o exercício de 2012 com ativos totais de R\$10.517,8 milhões que, comparado com igual período de 2011, registrou crescimento de 6,6% (R\$9.871,6 milhões em 2011).

ATIVOS TOTAIS - EM R\$ MILHÕES



Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários permaneceu como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do exercício de 2012, essa Carteira alcançou o montante de R\$5.452,1 milhões, crescimento de 12,3% quando comparado ao exercício de 2011 (R\$4.853,2 milhões).

Carteira de operações de crédito

A carteira de crédito apresentou crescimento de 2,6%. Encerrou o exercício com o saldo de R\$ 2.226,7 milhões. Apresentou também melhoria do índice de qualidade (IQC), fechando em 8,6%.

Demais

Os demais ativos estão representados pelas rubricas de Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras de Liquidez, Outros Créditos, Relações Interfinanceiras, Outros Valores e Bens e o grupo do Permanente, contribuindo com 27,0 % para o total de ativos (28,9% em 2011).

Passivos

Recursos de terceiros

O total de captações de recursos, composta pelos depósitos do público, encerrou o exercício com R\$2.516,2 milhões, superior em 7,6% em relação ao ano de 2011 (R\$2.337,7 milhões). Desse total, 25,5% correspondem aos depósitos à vista (24,8% em 2011), 54,4% aos depósitos a prazo (55,6% em 2011), 20,0% aos depósitos de poupança (19,5% em 2011) e 0,1% aos outros depósitos (0,1% em 2011).

Recursos de repasses

As obrigações por empréstimos e repasses, compostas por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Orçamento Geral da União (OGU), em dezembro/2012, encerraram com o saldo de R\$483,1 milhões (R\$468,4 milhões em 2011), com crescimento de 3,1% em relação a 2011 e participação de 4,6% no passivo total (4,7% em 2011).

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

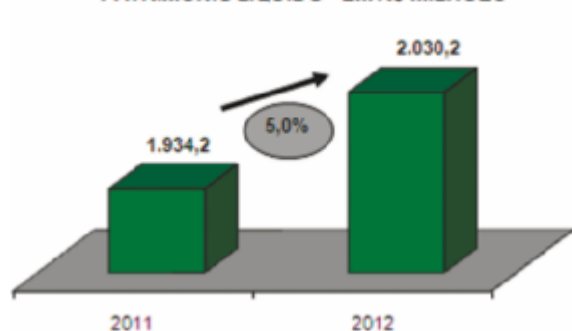
Os recursos do FNO repassados pela União ao Banco e ainda não aplicados em operações de crédito são registrados em Outras Obrigações – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento e representam 34,1% do Passivo Total (29,6% em 2011).

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco, no final do exercício, importou em R\$2.030,2 milhões (R\$1.934,2 milhões em 2011).

O desempenho apresentado pelo Banco, no exercício, propiciou um crescimento expressivo na rentabilidade, que atingiu 8,6%, ultrapassando 109,8% a registrada em 2011 (4,1%).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MILHÕES



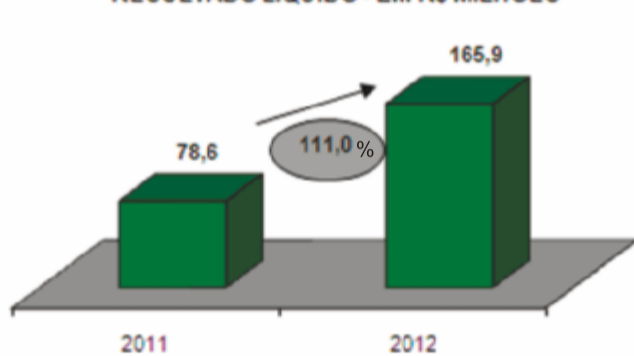
Limites Operacionais – Índice de Basileia

O Índice de Basileia ao final do exercício atingiu 15,3% (17,2% em 2011).

Resultado

As ações adotadas pelo Banco, no exercício de 2012, se refletiram no resultado deste período gerando um lucro líquido de R\$165,9 milhões, com aumento de 111,0% em relação ao exercício de 2011 (R\$78,6 milhões).

RESULTADO LÍQUIDO - EM R\$ MILHÕES



O crescimento das receitas operacionais, especialmente as de operações de crédito (5,7%) e as de prestação de serviço (14,4%), combinado com o maior acompanhamento do crédito, o que gerou uma redução na provisão para créditos de liquidação duvidosa (16,9%), além dos significativos valores registrados na recuperação de créditos (168,9%), foram fatores que mais contribuíram para o resultado apresentado pelo Banco.

Embora não compo a carteira de crédito do Banco, as operações realizadas com recursos do FNO influenciaram o resultado, sendo que em 2012 os reflexos foram:

- redução de 35,2% no ajuste da provisão para risco de crédito, cuja avaliação ocorre de acordo com os critérios da Res. CMN nº 2.682/1999;
- crescimento da recuperação de crédito em 89,4%;
- elevação do del credere em 11,1%.

Gestão de pessoas

Composição do quadro

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2012 contando com um quadro de 3.585 colaboradores (3.464 em igual período de 2011), sendo 3.102 empregados e 483 estagiários.

Programa de treinamento e capacitação

A capacitação e o investimento em benefícios indiretos ao corpo funcional são compromissos constantes da Administração do Banco.

Em 2012, foi alocado em treinamento o valor de R\$5,6 milhões, em programas como línguas estrangeiras (PLE), educação continuada em nível de graduação (PEC), pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado (PPG), cursos presenciais e ensino à distância.

A política de benefícios está direcionada, entre outros, para alimentação, saúde, transporte, seguridade, tendo sido investidos R\$ 46,7 milhões no exercício.

Rede de atendimento

Priorizando os municípios do interior da Amazônia Legal, em 2012 o Banco intensificou a política de ampliação da rede de atendimento, inaugurando cinco (05) novas agências: Laranjal do Jari-AP, Plácido de Castro-AC, Porto Velho Metropolitana-RO, Vitória do Aearim-MA e Xambioá-TO.

Com a inauguração dessas novas agências, a rede de atendimento do Banco totalizou 172 unidades, sendo 123 agências, 42 postos de atendimento eletrônico (PAE), 04 postos de atendimento bancário e 03 postos avançados de atendimento.

Outras informações

Governança Corporativa

Em obediência às boas práticas de governança, que visa garantir aos acionistas uma eficiente e eficaz gestão estratégica e o monitoramento da direção executiva, o Banco da Amazônia adota, como linhas mestras, a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa.

Auditoria Independente

A Ernst & Young Terco, auditoria independente do Banco, foi contratada em 2009, através do processo de licitação, tipo "menor preço", conforme escopo eletrônico, para prestar serviços de assessoria na implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e (IRS).

Conforme pedido dos serviços propostos e com base nas normas de independência profissionais da Ernst & Young Terco e dos órgãos reguladores, os serviços prestados não configuram na lista dos serviços não permitidos para clientes de auditoria.

Na prestação dos serviços, a Empresa não estará agindo em nome da administração do Banco, não efetuará os cálculos de ajustes, remodelamentos de sistemas contábeis e de controles internos, preparação das demonstrações financeiras e não estará na posição de auditar o seu próprio trabalho. Dessa forma, a Ernst & Young Terco declara que a prestação destes serviços não afeta a sua independência profissional, enquanto auditores independentes do Banco da Amazônia.

No exercício de 2012, não foi realizado pagamento à empresa a título de consultoria.

Comitê de Auditoria

O Banco conta com um Comitê de Auditoria, como unidade de apoio ao Conselho de Administração, com atribuições e encargos estabelecidos na legislação vigente e no Estatuto Social do Banco.

Circular BACEN nº 3.068/2001

O Banco da Amazônia declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na Circular 3.068/2001, no montante de R\$338,7 milhões, que representam 6,2% do total de sua carteira de títulos.

Ouvidoria

No exercício de 2012, foi alterado o regimento da Ouvidoria do Banco, incluindo atribuições relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) dentro de sua estrutura funcional, especialmente no que se refere à operacionalização da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Assim, a Ouvidoria do Banco passou a executar não somente um serviço especializado de atendimento a clientes, como também favorecer o acesso às informações, assim como atender e orientar os cidadãos sobre a referida Lei.

As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens, via correios, para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 – Campina – Belém-PA, CEP: 66017-000.

O Banco da Amazônia também disponibiliza aos seus clientes, atendimento, através do sistema de atendimento ao cliente (SAC) pelo número 0800 727 72 28, 24h todos os dias da semana ou pelo seguinte endereço: www.sacbancos.com.br.

Controles Internos

No exercício, foi incluída no rol de atividades da área de conformidade, a verificação proativa das operações de crédito negociadas administrativamente, sendo essa mais uma etapa de ações que visam aprimorar os controles internos, melhorando a qualidade e a minimização de riscos do Banco.

Gestão de Riscos

Risco operacional

A política corporativa de gestão de risco do Banco da Amazônia se constitui de um conjunto de diretrizes que tem por objetivo proporcionar adequado gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

A estrutura de gestão do risco operacional permeia toda a Organização e todas as unidades e níveis hierárquicos que possuem papéis e responsabilidades em conformidade com a regulamentação vigente. A responsabilidade pela gestão consolidada do risco operacional perante o Banco Central é do Diretor de Controle e Risco, não sendo este responsável pela gestão de recursos de terceiros. Essa estrutura é responsável por desenvolver políticas, processos e procedimentos que permitam identificar, avaliar e gerenciar os riscos operacionais da Instituição, em linha com as melhores práticas do mercado.

Em atendimento ao disposto na Circular BACEN nº 3.383/2008, o Banco da Amazônia adotou a Metodologia do Indicador Básico (BIA) para cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional (Popr).

Como importante componente da gestão do risco operacional, a Gestão de Continuidade de Negócios está inserida em política específica, na qual são estabelecidos seus fundamentos.

O Banco da Amazônia divulga informativos periódicos aos seus empregados visando disseminar e incorporar a cultura de gestão do risco operacional, além de disponibilizar todas as políticas sobre o tema no sistema interno de normativos.

Risco de crédito

A gestão do risco de crédito do Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A classificação de risco de crédito do Banco distribui-se em diferentes níveis (rating), analisando-se o perfil do tomador de crédito e da operação. Tais níveis são classificados pelo Banco com base em critérios consistentes e verificáveis, implementados no modelo interno de avaliação, considerando fatores relativos ao devedor e seus garantidores.

Para a implantação e implementação da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito, foram contratadas empresas especializadas em gestão, modelagem e remodelagem de risco de crédito, bem como solução customizada de garantias, estando em fase conclusiva os trabalhos executados por essas empresas.

Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado do Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular BACEN nº 3.354/2007.

Risco de Liquidez

A Política de Risco de Liquidez estabelece os limites para os Índices de disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizado pela Gerência de Riscos.

Finalizado o ano 2012, a análise sobre as disponibilidades de recursos e o perfil de liquidez do Banco da Amazônia, evidencia e confirma a posição conservadora quanto à aplicação dos recursos disponíveis e a manutenção da alta liquidez da Instituição. O maior volume de recursos está alocado em papéis públicos dos quais as LFTs detêm maior participação por serem indexados à SELIC e por possuírem baixíssimo risco. O Banco também manteve, no ano, maior volume em operações compromissadas, com posição doadora de recursos, mantendo o perfil histórico da Instituição.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Através de sua Política Institucional, que tem como principais direcionadores a estrutura organizacional, solução tecnológica, normas e procedimentos internos de controle destinados a evitar a sua utilização na prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613/1998 e recente atualização, o Banco atua na prevenção e combate aos crimes de "lavagem" de dinheiro.

De forma a melhor atender a regulamentação vigente, o Banco tem investido na cultura de prevenção à lavagem de dinheiro, através de cursos, oficinas e palestras. Realizou curso in company "Formação e Especialização em Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo", conduzido pela Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), destinados aos profissionais da área de compliance, gestão de risco, auditoria, prevenção a fraudes e lavagem de dinheiro.

No que se refere ao atendimento de solicitações judiciais, o Banco investiu em aplicativo que permite a captura automática e a inclusão manual de informações de origem e destino de recursos de clientes, gerando arquivos no leiaute da Carta Circular nº 3.454/2010 da BACEN, contribuindo para a redução do risco legal e de imagem do Banco.

Segurança da Informação

Em 2012, o Banco da Amazônia efetuou a revisão das normas de procedimentos de segurança da informação, com objetivo de torná-las mais efetivas e aplicáveis. Nessa revisão, foram identificados os responsáveis pelo cumprimento dos itens da referida norma, e foram solicitados às respectivas áreas planos de ação para cumprimento das recomendações não implementadas.

Com objetivo de efetuar ajustes nos procedimentos vigentes e em consonância com as práticas utilizadas pelos bancos integrantes da Subcomissão de Fraudes na Internet, quanto aos procedimentos adotados quando da suspeita e/ou incidência de fraudes nos canais de auto-atendimento (ATM), foi efetuado levantamento para identificação e adoção das melhores práticas visando a incidência de fraudes em canais de auto-atendimento.

Tecnologia da informação (TI)

Em 2012, foram disponibilizados a tecnologia de serviços de informação (TI), cerca de 20 novos softwares de negócios, os quais possibilitaram ao Banco melhorar a disponibilidade e agilidade dos serviços prestados ao cliente, aprimorar seus controles e processos internos bem como garantir a tempestividade na prestação de informações aos diversos órgãos fiscalizadores da atividade bancária.

Dando continuidade ao Projeto Site de Contingência, foram realizadas as implantações dos novos equipamentos servidores no Data Center principal e backup, infraestrutura base de virtualização de servidores, garantindo a eficiência de consumo de energia, redução da necessidade de climatização e garantindo o atendimento da demanda crescente de recursos para os sistemas legados e em fase de implantação.

Incluído nesse mesmo projeto corporativo, foi implantada a interligação das redes de comunicação e de armazenamento de dados através de backbone de fibra óptica para funcionamento da infraestrutura de contingência entre os dois sites de processamento.

O Banco da Amazônia tem se empenhado na melhoria do ambiente tecnológico e na adequação dos processos, buscando a qualidade dos serviços prestados e o atendimento das recomendações do Banco Central e órgãos regulatórios.

Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF)

Através da Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2012, a PREVIC autorizou a prorrogação do processo de intervenção na CAPAF, iniciada em maio de 2011, por mais 180 dias, a contar de 28 de setembro de 2012, face a exaustão dos recursos líquidos do Plano BD e, também, por não ter sido viabilizada, ainda, a implantação do Plano Saldado de Benefício Definido, do Plano Misto de Benefícios Saldado e, conseqüentemente, do Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia, cujos regulamentos foram aprovados pelas Portarias PREVIC nº 585, 586, 587, 588 e 589, todas de 05.08.2010.

O Interventor da CAPAF, diante do total desequilíbrio dos recursos financeiros da Entidade, em março de 2012, apresentou ao Banco propostas alternativas àquela aprovada pela PREVIC em agosto de 2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos planos saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteiam os benefícios da Portaria nº 375/1969.

Referida Portaria, editada em 04.12.1969, tinha a finalidade de estatuto e estabelecia como objetivo da CAPAF complementar os proventos da aposentadoria concedida pelo órgão previdenciário, de forma a assegurar, em qualquer tempo, aos associados inativos, remuneração igual àquela que receberiam do Banco, na categoria funcional em que se aposentaram, se permanecessem em serviço.

Dentre as soluções apontadas pelo Interventor, aquela que apresenta a melhor estrutura do ponto de vista da segurança jurídica, diz respeito ao saldamento acompanhado da extinção definitiva dos processos trabalhistas, mediante a celebração de acordos judiciais, considerando que a solução contenciosa dessas demandas vem demonstrando que as defesas processuais, tanto do Banco quanto da CAPAF, não vêm se mostrando exitosas em questões sob o abrigo da Portaria nº 375/1969.

A proposta que melhor evidenciada e real possibilita de aumento significativo de adesões para atingir níveis que viabilizem atualmente o saldamento dos planos saldados e que possibilite o equacionamento dos atuais planos de benefícios, além de contemplar a extinção do passivo judicial que pesa sobre a CAPAF e o seu Patrocinador, foi submetida à análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

Em maio de 2012, por considerar que não houve alteração na proposta de saldamento aprovada anteriormente, os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF. Assim, em 20 de agosto de 2012, iniciou o prazo para adesão aos planos saldados e em 29 de agosto de 2012 as audiências de conciliação nos diversos tribunais regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento de recursos financeiros àqueles com ações judiciais interpostas até 04 de outubro de 2011 (data da intervenção da CAPAF) com pretensões oriundas da Portaria nº 375/1969.

Em 09.10.2012, encerrou o prazo para adesões aos planos saldados, restando ainda alguns acordos que estão sendo realizados na esfera do judiciário, alcançando o processo cerca de 52% do público-alvo.

A Administração está no aguardo da finalização do processo pelo interventor, para adotar as medidas necessárias relativas à condição de patrocinador.

Mesmo diante do cenário apresentado, o Banco vem atualizando, trimestralmente, sua obrigação, na forma estabelecida pela Deliberação CVM nº 600/2009 (reconhecimento de 50% do déficit do plano de benefício definido – BD), assim como continua a repassar os recursos necessários à complementação, mensal, da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas referente ao plano BD, em cumprindo a determinação judicial.

Agradecimentos:

O Banco da Amazônia realinha seu planejamento a novos horizontes de atuação e reafirma seu compromisso em continuar contribuindo para o desenvolvimento da Região, minimizando as desigualdades e propiciando a geração de emprego e renda, "movimentando a Amazônia. E a sua vida".

Ao agradecer o apoio recebido ao longo do exercício findo, ratificamos nosso compromisso de estreitar parceria com os acionistas, clientes, empregados, colaboradores, fornecedores e a sociedade em geral, especialmente os amazônidas.

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	4.943.199	4.317.310
Disponibilidades	71.377	41.070
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.193.996	1.272.762
Aplicações no Mercado Aberto	864.999	763.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Provisões para Perdas)	369.446	550.210
(40.449)	(40.449)	(40.449)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.669.436	1.095.541
Carteira Própria	1.645.840	659.297
Vinculados a Compromissos de Recompra	23.596	436.244
Relações Interfinanceiras	339.770	284.760
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.532	1.616
Créditos Vinculados:	337.238	283.144
Depósitos no Banco Central	337.229	283.099
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	9	45
Relações Interdependências	-	235
Transferências Internas de Recursos	-	235
Operações de Crédito	1.329.805	1.271.165
Operações de Crédito:	1.376.970	1.318.319
Setor Público	224.588	341.631
Setor Privado	1.152.382	976.688
(Provisão para Operações de Crédito)	(47.165)	(47.154)
Outros Créditos	337.013	348.791
Carteira de Câmbio	121.372	97.332
Rendas a Receber	46.846	51.924
Diversos	184.689	204.531
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15.894)	(4.996)
Outros Valores e Bens	1.802	2.986
Outros Valores e Bens	1.684	1.338
(Provisões para Desvalorizações)	(163)	(191)
Despesas Antecipadas	281	1.839
Realizável a Longo Prazo	5.352.057	5.317.282
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.782.700	3.757.618
Carteira Própria	3.769.061	3.745.406
Vinculados a Prestação de Garantias	13.639	12.212
Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
Créditos Vinculados:	12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	896.885	898.924
Operações de Crédito	896.885	898.924
Operações de Crédito:	915.729	925.342
Setor Público	307.828	313.505
Setor Privado	607.901	611.837
(Provisão para Operações de Crédito)	(18.844)	(26.418)
Outros Créditos	659.903	648.171
Diversos	659.906	648.202
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	(31)
Permanente	222.542	237.012
Investimentos	267	267
Outros Investimentos	1.625	1.625
(Provisões para Perdas)	(1.358)	(1.358)
Imobilizado de Uso	116.638	115.911
Imóveis de Uso	44.737	40.905
Reavaliações de Imóveis de Uso	48.045	48.270
Outras Imobilizações de Uso	131.068	129.614
(Depreciações Acumuladas)	(107.212)	(102.878)
Diferido	2	1.610
Gastos de Organização e Expansão	41.046	41.073
(Amortização Acumulada)	(41.044)	(39.463)
Intangível	105.635	119.224
Outros Ativos Intangíveis	153.770	153.665
(Amortização Acumulada)	(48.135)	(34.341)
TOTAL DO ATIVO	10.517.798	9.871.604

PASSIVO	31.12.2012	31.12.2011
Circulante	6.800.450	6.398.977
Depósitos	2.359.602	2.257.112
Depósitos à Vista	641.281	579.028
Depósitos de Poupança	502.586	456.821
Depósitos Interfinanceiros	2.358	2.173
Depósitos a Prazo	1.213.377	1.219.090
Captações no Mercado Aberto	23.495	434.165
Carteira Própria	23.495	434.165
Relações Interfinanceiras	2.454	1.444
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.454	1.444
Relações Interdependências	24.043	482
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.522	99
Transferências Internas de Recursos	20.521	383
Obrigações por Empréstimo	139.223	101.243
Empréstimos no Exterior	139.223	101.243
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	93.808	92.104
TESOURO NACIONAL	25.208	24.380
BNDES	49.305	47.013
CEF	-	57
FINAME	19.295	20.654
Outras Obrigações	4.157.825	3.512.427
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.194	1.179
Carteira de Câmbio	314	293
Sociais e Estatutárias	82.426	85.615
Fiscais e Previdenciárias	47.753	23.585
Negociação e Intermediação de Valores	1	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.595.927	2.921.201
Diversas	430.210	480.554
Exigível a Longo Prazo	1.687.185	1.538.412
Depósitos	156.647	80.538
Depósitos a Prazo	156.647	80.538
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	389.304	376.293
TESOURO NACIONAL	16.631	8.586
BNDES	258.603	242.932
FINAME	114.070	124.775
Outras Obrigações	1.141.234	1.081.581
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	73.336	62.884
Diversas	1.067.898	1.018.697
Patrimônio Líquido	2.030.163	1.934.215
Capital	1.219.668	1.219.669
De Domiciliados no País	1.219.668	1.219.025
De Domiciliados no Exterior	1	644
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reservas de Reavaliação	29.759	30.809
Reservas de Lucros	765.780	678.132
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	12.702	3.352
TOTAL DO PASSIVO	10.517.798	9.871.604

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre/2012	31.12.2012	31.12.2011
Receitas da Intermediação Financeira	420.465	927.393	972.658
Operações de Crédito	156.065	324.218	306.840
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	260.382	580.691	636.647
Resultado de Operações de Câmbio	4.017	22.483	28.547
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	1	624
Despesas da Intermediação Financeira	(250.020)	(558.703)	(594.234)
Operações de Captação no Mercado	(68.945)	(157.009)	(200.845)
Operações de Empréstimos e Repasses	(144.553)	(331.190)	(315.439)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(36.522)	(70.504)	(77.950)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	170.445	368.690	378.424
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(84.221)	(75.779)	(231.069)
Receitas de Prestação de Serviços	193.606	417.023	384.007
Rendas de Tarifas Bancárias	42.358	81.809	51.973
Despesas de Pessoal	(196.426)	(369.245)	(331.013)
Outras Despesas Administrativas	(134.201)	(246.667)	(232.379)
Despesas Tributárias	(31.123)	(63.808)	(59.236)
Outras Receitas Operacionais	217.134	415.987	328.593
Outras Despesas Operacionais	(175.569)	(310.878)	(373.014)
Resultado Operacional	86.224	292.911	147.355
Resultado Não Operacional	9.196	11.231	5.892
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	95.420	304.142	153.247
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.782)	(122.577)	(67.935)
Provisão para Imposto de Renda	5.527	(63.797)	(45.242)
Provisão para Contribuição Social	3.073	(39.622)	(27.926)
Ativo Fiscal Diferido	(31.382)	(19.158)	5.233
Participações Estatutárias no Lucro	(15.616)	(15.616)	(6.744)
Lucro Líquido	57.022	165.949	78.568
Juros sobre Capital Próprio	(79.351)	(79.351)	(78.490)
Lucro por Ação - Em Reais	0,01923	0,05598	0,02650

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

	2ºsem/2012	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido do semestre/exercício	57.022	165.949	78.568
Depreciações e amortizações	14.882	29.245	28.574
Provisão para operações de crédito e outros créditos	36.550	74.104	78.350
Rendas de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(166.326)	(355.472)	(399.973)
Rendas de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(24.487)	(45.032)	(7.444)
Ganhos de capital	(205)	(677)	(490)
Despesas com perdas permanentes com TVM	1.469	1.469	-
Despesas de provisões para passivos contingentes	98.035	167.635	139.834
Despesas de provisões para riscos do FNO	87.587	144.363	222.847
Reversão de provisões para operações de crédito e outros créditos	(28)	(3.600)	(400)
Reversão de outras provisões operacionais	(11.473)	66.771	(4.213)
Reversão de dividendos do primeiro semestre	25.987	-	-
Juros sobre capital provisionados	(66.357)	(66.357)	-
Lucro líquido ajustado semestre/exercício	52.656	94.856	135.653
Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	70.896	77.259	663.196
Redução em outros valores e bens	1.200	1.562	271
Redução em aplicações interfinanceiras e liquidez	182.343	180.764	36.036
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(16.156)	(30.204)	(64.612)
(Aumento) em operações de crédito	(205.882)	(115.811)	(531.612)
Redução/(aumento) em outros créditos	59.398	(10.572)	(36.933)
(Redução)/(aumento) em depósitos	(392.373)	178.599	(1.645)
(Aumento)/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(4.928)	52.695	60.137
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	23.495	(410.670)	266.107
(Redução)/(aumento) em outras obrigações	(45.883)	409.824	729.490
Caixa líquido (utilizado)/gerado das atividades operacionais	(327.890)	333.446	1.120.434
Redução/(aumento) em títulos disponíveis para venda	31.413	(330.947)	(779.918)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	19.020	63.097	(43.955)
Adição de Bens não de uso	-	(378)	-
Inversões em imobilizados de uso	(15.641)	(15.855)	(23.321)
Alienação do imobilizado de uso	845	1.285	7.995
Aplicação do intangível	(194)	(205)	(15.678)
Baixa do intangível	-	-	220
Baixa da reserva de reavaliação por transferência	-	-	65
Caixa líquido gerado/(utilizado) das atividades de investimento	35.483	(283.003)	(854.592)
Juros sobre capital próprio pagos	(12.994)	(12.994)	(78.490)
Caixa líquido (utilizado) das atividades de financiamento	(12.994)	(12.994)	(78.490)
(Redução)/(aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(252.745)	132.305	323.006
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	1.189.121	804.071	481.066
No fim do semestre/exercício	936.376	936.376	804.071
(Redução)/(aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(252.745)	132.305	323.006

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

	2º SEM/2012	31.12.2012	31.12.2011
1. RECEITAS	846.237	1.782.939	1.665.174
1.1. Intermediação Financeira	420.465	927.393	972.658
1.2. Prestações de Serviços	235.964	498.832	435.980
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(36.522)	(70.504)	(77.950)
1.4. Outras	226.330	427.218	334.486
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(213.498)	(488.199)	(516.284)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(290.022)	(518.832)	(568.914)
3.1. Materiais, energia e outros	(20.619)	(39.529)	(34.550)
3.2. Serviços de terceiros	(93.834)	(168.425)	(161.350)
3.3. Outras	(175.569)	(310.878)	(373.014)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	342.717	775.908	579.976
5. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(14.882)	(29.245)	(28.574)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (PIENTIDADE (4-5))	327.835	746.663	551.402
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	327.835	746.663	551.402
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	327.835	746.663	551.402
8.1 Pessoal	178.704	323.058	277.327
8.1.1 Remuneração direta	139.193	247.636	209.578
8.1.2 Benefícios	30.125	57.448	52.291
8.1.3 FGTS	9.386	17.974	15.458
8.2 Impostos, taxas e contribuições	87.245	248.189	187.602
8.2.1 Federais	84.593	242.477	182.998
8.2.2 Estaduais	12	21	32

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM E DERIVATIVOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			OUTRAS	REVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30.06.2012	1.219.669	-	2.253	30.341	80.731	680.809	18.950	-	2.032.753
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	(6.248)	-	(6.248)
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(6.248)	-	(6.248)
2. OUTROS EVENTOS	-	-	-	(582)	-	-	-	26.569	25.987
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(970)	-	-	-	970	-
Realização da Reserva	-	-	-	(1.160)	-	-	-	1.160	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	190	-	-	-	(190)	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	388	-	-	-	(388)	-
Realização da Reserva	-	-	-	388	-	-	-	(388)	-
- Outros	-	-	-	-	-	-	-	25.987	25.987
Reversão de Dividendos do primeiro semestre	-	-	-	-	-	-	-	25.987	-
3. LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	57.022	57.022
4. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	2.851	1.389	-	(83.591)	(79.351)
- Reservas	-	-	-	-	2.851	1.389	-	(4.240)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(79.351)	(79.351)
SALDO EM 31.12.2012	1.219.669	-	2.253	29.759	83.582	682.198	12.702	-	2.030.163
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(582)	2.851	1.389	(6.248)	-	(2.590)
SALDOS EM 31.12.2010	1.205.234	14.435	2.253	34.595	71.356	602.847	2.892	-	1.933.612
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	460	-	460
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	460	-	460
2. AUMENTO DE CAPITAL	14.435	(14.435)	-	-	-	-	-	-	-
- Incorporação de Reservas	14.435	(14.435)	-	-	-	-	-	-	-
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	(3.786)	-	-	-	3.851	65
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(6.418)	-	-	-	6.418	-
Realização da Reserva	-	-	-	(11.242)	-	-	-	11.242	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	4.824	-	-	-	(4.824)	-
- Imposto e Contrib. s/ Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.632	-	-	-	(2.567)	65
Realização da Reserva	-	-	-	483	-	-	-	(483)	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	2.084	-	-	-	(2.084)	-
Baixa da Reserva por Transferência para Ativo	-	-	-	65	-	-	-	-	65
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	78.568	78.568
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	3.929	-	-	(82.419)	(78.490)
- Reservas	-	-	-	-	3.929	-	-	(3.929)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(78.490)	(78.490)
SALDO EM 31.12.2011	1.219.669	-	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
MUTAÇÕES DO PERÍODO	14.435	(14.435)	-	(3.786)	3.929	-	460	-	603
SALDO EM 31.12.2011	1.219.669	-	2.253	30.809	75.285	602.847	3.352	-	1.934.215
1. AJUSTE AO VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS	-	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
- Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	9.350	-	9.350
3. OUTROS EVENTOS	-	-	-	(1.050)	-	-	-	1.050	-
- Movimentação da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(1.751)	-	-	-	1.751	-
Realização da Reserva	-	-	-	(1.941)	-	-	-	1.941	-
Baixa da Reserva por Venda	-	-	-	190	-	-	-	(190)	-
- Imposto e Contrib. s/Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	701	-	-	-	(701)	-
Realização da Reserva	-	-	-	701	-	-	-	(701)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	165.949	165.949
5. DESTINAÇÕES	-	-	-	-	8.297	79.351	-	(166.999)	(79.351)
- Reservas	-	-	-	-	8.297	79.351	-	(87.648)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(79.351)	(79.351)
SALDO EM 31.12.2012	1.219.669	-	2.253	29.759	83.582	682.198	12.702	-	2.030.163
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(1.050)	8.297	79.351	9.350	-	95.948

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto Operacional
Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
Nota 3 - Principais Práticas Contábeis
Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa
Nota 5 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Nota 6 - Títulos e Valores Mobiliários
Nota 7 - Carteira de Crédito
Nota 8 - Outros Créditos – Diversos
Nota 9 - Permanente
Nota 10 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto
Nota 11 - Obrigações por Empréstimos
Nota 12 - Obrigações por Repasses
Nota 13 - Outras Obrigações
Nota 14 - Patrimônio Líquido
Nota 15 - Imposto de Renda e Contribuição Social
Nota 16 - Desdobramento das Contas de Resultado
Nota 17 - Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)
Nota 18 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 19 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 20 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 22 - Fundos de Investimento Financeiro
Nota 23 - Partes Relacionadas
Nota 24 - Benefícios a Empregados
Nota 25 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores
Nota 26 - Processo de Gerenciamento de Riscos
Nota 27 - Análise de Sensibilidade
Nota 28 - Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 29 - Informações Complementares

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco), é uma instituição de prestação de serviços bancários e de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, tem por objeto a prestação de serviços bancários e a realização de todas as operações inerentes a esta atividade, abrangendo câmbio e crédito pessoal.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº19), administra o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota nº17) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 18).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº11.638/2007 e pela Lei nº11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standard* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.

3. Principais Práticas Contábeis

- As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.
- O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência mensal.
- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de

acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a oficial presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento do balanço; os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

- As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.
- Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos dos agentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, do BACEN, e estão distribuídos em três categorias:
 - Títulos para negociação:** são os títulos adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação, ajustados pelo valor de mercado dos títulos no período.
 - Títulos disponíveis para venda:** são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
 - Títulos mantidos até o vencimento:** são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- Para marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são utilizados parâmetros como: cotações pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), critérios que levam em conta o preço médio de negociação na data da apuração, o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, bem como o preço calculado pelo fator de risco e liquidez da marcação a mercado. Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados e apropriados *pro rata die* pelo método exponencial, de acordo com as cláusulas de remuneração. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor de venda e o valor atualizado dos títulos é levada ao resultado, como lucro ou prejuízo por títulos e valores mobiliários, conforme o caso.
- As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e verificáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição; os Imóveis de Uso próprio são apresentados aos Outros Imobilizados de Uso. O Diferencial é composto por gastos com a aquisição e desenvolvimento de sistemas e métodos e adaptação de dependências, avaliado ao custo incorrido. No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco (nota nº 9.d). A depreciação e a amortização serão computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, e para aplicações de software de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados, gastos diferidos e intangíveis.
- A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução nº 3.565/2008.
- É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment*, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

- Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.
- A obrigação do Banco relacionada aos benefícios pós-emprego, compreendendo complementação de aposentadoria e auxílio saúde é atualizada trimestralmente de 2009 com a avaliação atuarial realizada por empresa especializada, em conformidade com a Deliberação nº 600/2009 da CVM (nota nº 24).
- As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

O Banco registra e controla o crédito tributário sobre provisões indedutíveis temporariamente, sendo sua baixa realizada de acordo com a legislação fiscal vigente (nota nº 15.b).

m) Na elaboração das demonstrações financeiras do Banco são utilizadas estimativas e estabelecidas premissas que impactam os valores nos demonstrativos, especialmente quanto às provisões e marcações a mercado. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

n) Para a constituição de provisão de passivos contingentes e, em atendimento ao CPC nº 25 e aprovação pelo CMN através da Resolução nº 3.823/2009, são adotados métodos estatísticos históricos dos últimos cinco anos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2012	2011
Disponibilidades	71.377	41.070
Disponibilidade em moeda nacional	48.456	35.931
Disponibilidade em moeda estrangeira	22.921	5.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez^(*)	864.999	763.001
Aplicações no mercado aberto	864.999	763.001
TOTAL	936.376	804.071

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2012	2011
Aplicações no mercado aberto	864.999	763.001
Posição Bancada	864.999	763.001
Letras Financeiras do Tesouro	-	163.000
Letras do Tesouro Nacional	864.999	600.001
Aplicações em depósitos interfinanceiros	328.997	509.761
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	369.446	550.210
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(40.449)	(40.449)
TOTAL (no curto prazo)	1.193.996	1.272.762

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R\$121.428 (R\$134.848 em 2011).

6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2012	2011
Carteira própria – livres	5.414.901	4.404.703
Títulos Públicos	4.073.860	3.802.240
Letras Financeiras do Tesouro	3.502.671	3.003.375
Letras do Tesouro Nacional	-	47.630
Notas do Tesouro Nacional	241.186	421.174
Certificados Financeiros do Tesouro	329.747	329.720
Títulos da Dívida Agrária	256	341
Títulos Privados	1.341.041	602.463
Debêntures	723.406	265.630
Cotas de Fundos de Investimento	187.735	184.574
Letras Financeiras	429.900	139.564
Notas Promissórias	-	12.695
Vinculados a operações compromissadas	23.596	436.244
Títulos Públicos	23.596	436.244
Letras Financeiras do Tesouro	23.596	436.244
Vinculados a prestação de garantias	13.639	12.212
Títulos Públicos	13.639	12.212
Letras Financeiras do Tesouro	13.639	12.212
TOTAL	5.452.136	4.853.159
Saldo de curto prazo	1.669.436	1.095.541
Saldo de longo prazo	3.782.700	3.757.618

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

	2012					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação(*)	-	89.925	-	575.614	-	665.539
Títulos Públicos	-	89.925	-	575.614	-	665.539
Letras Financeiras do Tesouro	-	89.925	-	575.614	-	665.539
2-Títulos Disponíveis para venda	465.371	538.440	2.366.830	603.327	473.917	4.447.885
Títulos Públicos	353.458	150.330	1.960.376	204.533	438.147	3.106.844
Letras Financeiras do Tesouro	353.458	81.715	1.796.514	204.533	438.147	2.874.367
Notas do Tesouro Nacional	-	68.615	163.862	-	-	232.477
Títulos Privados	111.913	388.110	406.454	398.794	35.770	1.341.041
Debêntures	10.274	257.651	66.514	353.197	35.770	723.406
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC	10.403	16.034	61.086	45.597	-	133.120
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	54.615	-	-	-	-	54.615
Outros Títulos – Letras Financeiras/NP	36.621	114.425	278.854	-	-	429.900
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	85	8.318	84	330.225	338.712
Títulos Públicos	-	85	8.318	84	330.225	338.712
Notas do Tesouro Nacional	-	-	8.147	84	478	8.709
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	329.747	329.747
Outros títulos públicos - TDA	-	85	171	-	-	256
TOTAL 2012	465.371	628.450	2.375.148	1.179.025	804.142	5.452.136
TOTAL 2011	107.083	210.184	2.773.434	278.432	1.484.026	4.853.159

(*) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

b) Quanto aos ajustes

	31.12.2012		AJUSTES		
	CUSTO	MERCADO	31.12.2011	DO PERÍODO	31.12.2012
Para negociação	665.624	665.539	(129)	44	(85)
Letras Financeiras do Tesouro	665.624	665.539	(129)	44	(85)
Disponíveis para venda	4.428.184	4.447.885	5.586	15.584	21.170
Letras Financeiras do Tesouro	2.874.472	2.874.367	(850)	745	(105)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	379	(379)	-
Notas do Tesouro Nacional	221.269	232.477	4.324	6.884	11.208
Debêntures	715.561	723.406	1.548	6.297	7.845
Cotas de Fundos de Investimentos – FIDC	134.146	134.589	(1.025)	1.468	443
(-) Provisão para perdas - FIDC ⁽¹⁾	-	(1.469)	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos – FI REF	54.615	54.615	-	-	-
Outros Títulos Privados	428.121	429.900	1.210	569	1.779
Mantidos até o vencimento⁽²⁾	338.712	338.712	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional ⁽³⁾	8.709	8.709	-	-	-
Certificados Financeiros do Tesouro ⁽⁴⁾	329.747	329.747	-	-	-
Outros títulos públicos - TDA ⁽⁵⁾	256	256	-	-	-

(1) Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direito Creditórios (FIDC) em 31 de dezembro de 2012 há o montante de R\$ 4.593 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA. Apesar de não existirem atrasos nos vencimentos, a administração do banco definiu pela constituição de uma provisão para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco não possuía aplicação nesse fundo de investimento.

(2) Para fins contábeis, esses títulos estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste negativo de R\$12.285 em 31 de dezembro de 2012 (R\$39.610 em 2011).

(3) Pela característica de emissão, esses títulos são inegociáveis e destinados ao pagamento das alienações das participações societárias.

(4) Do total, o montante de R\$316.141 foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001, que contemplou a permuta

por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso as CFT's estivessem marcadas a mercado apresentariam uma desvalorização de R\$11.394 (R\$38.637 em 2011);

(5) Títulos recebidos como resultado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional, não possuindo cotações no mercado secundário.

No exercício de 2012, não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários. As receitas com TVM totalizaram no exercício R\$463.385 (R\$502.051 em 2011).

7. Carteira de Crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999, do CMN, estão compostas da seguinte forma:

	2012			2011		
	Normal	Vencidas	Total	Normal	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.337.531	41.849	1.379.380	1.040.862	56.085	1.096.947
Títulos descontados	19.830	3.470	23.300	17.507	1.379	18.886
Financiamentos	589.917	10.223	600.140	800.442	6.919	807.361
Financiamentos rurais	270.458	19.421	289.879	277.661	42.806	320.467
Subtotal	2.217.736	74.963	2.292.699	2.136.472	107.189	2.243.661
Outros créditos	3.771	22	3.793	7.223	47	7.270
Diversos	3.771	22	3.793	7.223	47	7.270
Subtotal	2.221.507	74.985	2.296.492	2.143.695	107.236	2.250.931
Adiantamento sobre contrato de câmbio	107.788	27.689	135.477	80.950	5.569	86.519
TOTAL DA CARTEIRA	2.329.295	102.674	2.431.969	2.224.645	112.805	2.337.450
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(19.470)	(46.539)	(66.009)	(18.236)	(55.336)	(73.572)
(Outros créditos)	(15)	(17)	(32)	(40)	(7)	(47)
(Câmbio)	(1.881)	(14.004)	(15.885)	(2.648)	(2.332)	(4.980)
TOTAL DAS PROVISÕES	(21.346)	(60.560)	(81.906)	(20.924)	(57.675)	(78.599)
TOTAL LÍQUIDO	2.307.949	42.114	2.350.063	2.203.721	55.130	2.258.851

Estes títulos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados com base no critério de vencimento de parcelas:

Operações vincendas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
AA	30.497	12.856	8.634	18.752	30.419	308.849	410.007
A	854.700	333.999	20.149	62.323	60.166	28.924	1.360.261
B	373.272	6.079	44.563	47.255	9.648	41.619	522.436
C	6.952	299	126	860	1.656	3.856	13.750
D	7.152	511	167	792	934	204	9.760
E	3.460	1.685	626	64	183	-	6.018
F	986	68	41	142	148	-	1.385
G	132	30	-	184	483	6	835
H	1.512	137	622	804	1.238	530	4.843
TOTAL 2012	1.278.664	355.664	74.928	131.176	104.875	383.988	2.329.295
TOTAL 2011	558.533	583.680	273.952	143.477	156.137	508.866	2.224.645

Operações vencidas

	0 – 30	31 – 60	61 – 90	91 – 180	181 – 360	acima de 360	total da carteira
B	8.986	1.636	-	-	-	-	10.622
C	1.067	7.122	590	854	7	197	9.837
D	202	1.576	8.043	946	-	105	10.872
E	1.714	4.687	8.371	12.355	1.218	121	28.466
F	-	118	229	5.058	361	108	5.874
G	135	78	11	3.183	530	21	3.958
H	781	340	123	2.626	28.081	1.094	33.045
TOTAL 2012	12.885	15.557	17.367	25.022	30.197	1.646	102.674
TOTAL 2011	20.635	15.863	12.322	28.660	32.426	2.899	112.805

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos, nos nove níveis de risco e a provisão para operações de crédito, estão a seguir demonstradas:

	Níveis										Total
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
Setor privado	410.007	827.845	533.058	23.587	20.632	34.484	7.259	4.793	37.888	1.899.553	
Rural	129.550	122.294	12.659	4.477	4.269	5.315	4.123	1.972	5.897	290.556	
Indústria	244.599	187.143	261.507	5.831	2.792	22.096	5	49	14.216	738.238	
Comércio	21.741	237.692	45.946	5.760	11.221	2.927	1.449	1.394	10.532	338.662	
Serviços	4.144	129.079	201.450	1.840	388	2.609	393	339	2.079	342.321	
Pessoas físicas	9.973	151.637	11.496	5.679	1.962						

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Concentração dos principais devedores:

	2012		2011	
	VALOR	% CARTEIRA	VALOR	% CARTEIRA
10 maiores devedores	1.425.045	58,6	1.278.828	54,7
50 maiores devedores seguintes	354.907	14,6	429.642	18,4
100 maiores devedores seguintes	129.219	5,3	126.896	5,4
Demais devedores seguintes	522.754	21,5	502.084	21,5
TOTAL	2.431.925	100,0	2.337.450	100,0

8. Outros Créditos - Diversos

Os Outros Créditos estão substancialmente formados pelos valores demonstrados abaixo, exceto pelas Operações de Câmbio, que possuem características de crédito e estão apresentadas na carteira de crédito (nota nº 7):

	2012	2011
Crédito tributário (nota nº 15.b)	562.038	581.196
Títulos e créditos a receber	194.992	188.802
CAPAF ⁽¹⁾	147.708	143.142
Tecnologia	21.705	43.089
Outros	25.579	2.571
Devedores por compra de valores e bens	3.793	7.270
Devedores por depósitos em garantia	38.963	36.763
Devedores para apuração de responsabilidades	9.852	14.489
Impostos e contribuições a compensar	70	214
Pagamentos a ressarcir	18.868	16.996
Adiantamentos e antecipações salariais	7.396	399
Diversos	8.623	6.604
TOTAL	844.595	852.733

Saldo de curto prazo	184.689	204.531
Saldo de longo prazo	659.906	648.202

(1) De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "outros créditos diversos" o montante de R\$147.708 (R\$143.142 em 2011), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido.

9. Permanente

a) Investimentos	2012	2011
Incentivos fiscais	98	98
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
TOTAL	267	267

b) Imobilizado de uso	2012	2011
Móveis e equipamentos em estoque	445	1.041
Imobilizações em curso	19.945	24.985
Imóveis de uso	63.587	62.817
Terrenos	2.664	2.669
Reavaliações de terrenos	13.111	13.223
Edificações	42.073	38.236
Reavaliações de edificações	34.935	35.047
(-) Depreciação acumulada	(29.196)	(26.358)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	12.623	11.209
Instalações	155	-
Móveis e equipamentos de uso	37.482	34.604
(-) Depreciação acumulada	(25.014)	(23.395)
Outras imobilizações	20.042	15.859
Sistema de comunicação	1.358	1.439
Sistema de processamento de dados	67.429	63.569
Sistema de segurança	3.891	3.610
Sistema de transporte	366	366
(-) Depreciação acumulada	(53.002)	(53.125)
TOTAL	116.638	115.911

c) Diferido	2012	2011
Gastos em imóveis de terceiros	5.659	5.686
SFH – descontos concedidos	44	44
Gastos com adaptações logísticas	14.946	14.946
Instalação e adaptação de dependências	5.362	5.362
Reestruturação e modernização sistema operacional	15.035	15.035
(-) Amortização acumulada	(41.044)	(39.463)
TOTAL	2	1.610

d) Intangível ⁽¹⁾	2012	2011
Licenças de uso de software	16.281	16.142
Software desenvolvido e em desenvolvimento	137.489	137.423
(-) Amortização Acumulada	(48.135)	(34.341)
TOTAL	105.635	119.224

(1) Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.838/2007, e da Resolução do CMN nº 3.642/2008.

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Limite para Imobilização	1.005.507	956.676
(-) Situação	(116.103)	(119.450)
Margem	889.404	837.226
Índice de imobilização	5,8%	6,2%

10. Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2012						2011
	À Vista	A Prazo	Poupança	Dep.Interf.	Outros	Total	Total
Curto Prazo	641.281	584.885	502.586	2.358	628.492	2.359.602	2.257.112
Sem Vencimento	641.281	31.047	502.586	-	616.262	1.791.176	1.067.912
Até 90 dias	-	237.452	-	2.358	7.400	247.210	260.210
De 91 a 360 dias	-	316.386	-	-	4.830	321.216	928.990
Longo Prazo	-	136.979	-	-	19.668	156.647	80.538
TOTAL	641.281	721.864	502.586	2.358	648.160	2.516.249	2.337.650

b) Os depósitos especiais com remuneração, classificados como depósito a prazo, totalizaram R\$648.083 (R\$645.105 em 2011) e estão distribuídos da seguinte forma:

	2012	2011
FAT	31.696	32.447
FRAP	112	39
FIDER	202	179
FINAM	93.983	8.855
Dep. Especiais Remunerados – SUDAM	522.090	603.585
TOTAL	648.083	645.105

c) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$23.495 (R\$434.165 em 2011), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 7,9% (11,8% em 2011) e estavam garantidas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

d) Despesas de captações no mercado:

	2012	2011
Despesas de Captações com Depósitos	147.295	172.144
A prazo	53.752	73.026
Poupança	27.780	31.852
Especiais	60.839	62.268
Interfinanceiros	185	173
Demais captações	4.739	4.825
Despesas de Captações no Mercado Aberto	9.714	28.701
Carteira própria	9.714	28.701
TOTAL	157.009	200.845

11. Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante no período é de R\$139.223 (R\$101.243 em 2011), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,0% a.a. (2,3% a.a. em 2011) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por Repasses

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	2012			2011		
	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES	TAXA % a.a.	PRAZO (ano)	VALORES
BNDES FINEM	6,9	5	32.913	6,7	4	16.630
BNDES Industrial	7,3	20	254.124	7,3	19	246.326
BNDES P. Física	-	-	-	8,0	1	625
BNDES Rural	4,7	3	5.456	4,5	3	12.434
BNDES Comércio	6,4	5	14.165	7,6	4	12.050
BNDES Serviços	7,0	4	1.061	7,2	4	1.596
BNDES Gov Munic	7,0	2	189	7,0	2	284
CEF	-	-	-	2,5	1	57
FINAME Industrial	12,8	8	5.001	9,8	5	2.222
FINAME Rural	3,4	5	3.489	6,6	2	3.966
FINAME Comércio	8,4	4	3.139	9,4	5	3.179
FINAME Serviços	8,8	7	121.736	8,8	8	136.062
STN OGU	1,1	2	41.804	1,1	2	32.925
STN – RECOOP	7,8	4	35	7,8	5	41
TOTAL	-	-	483.112	-	-	468.397

Curto Prazo	-	-	93.808	-	-	92.104
Longo Prazo	-	-	389.304	-	-	376.293

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por natureza de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES FINEM	662	1.117	1.676	3.351	13.404	12.703	-	32.913
BNDES Industrial	665	8.831	597	25.928	68.180	40.955	108.968	254.124
BNDES Rural	166	257	516	1.051	3.466	-	-	5.456
BNDES Comércio	325	652	305	2.440	6.761	3.092	590	14.165
BNDES Serviços	58	112	4	497	390	-	-	1.061
BNDES Gov Munic	8	16	8	63	94	-	-	189
FINAME Industrial	96	81	47	149	1.205	1.130	2.293	5.001
FINAME Rural	1	191	194	2	990	92	2.019	3.489
FINAME Comércio	69	133	194	387	1.761	378	217	3.139
FINAME Serviços	1.618	2.935	4.381	8.817	35.721	35.720	32.544	121.736
STN OGU	17.210	1.641	2.771	3.578	16.595	3	6	41.804
STN – RECOOP	1	1	2	4	3	3	21	35
TOTAL 2012	20.879	15.967	10.695	46.267	148.570	94.076	146.658	483.112
TOTAL 2011	18.960	16.523	6.361	52.094	130.725	89.624	154.110	468.397

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$41.804 (R\$32.925 em 2011).

O total repassado pelo Tesouro no exercício foi da ordem de R\$17.124 (R\$7.201 em 2011). São remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média SELIC e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No exercício, foi recolhido ao Tesouro Nacional o montante de R\$190 (R\$154 em 2011) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.827 (R\$2.504 em 2011).

13. Outras Obrigações

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	2012	2011
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾	3.591.260	2.917.188
Marinha Mercante (FMM)	77.925	66.819
Outros	78	78
TOTAL	3.669.263	2.984.085

Saldo de curto prazo	3.595.927	2.921.201
Saldo de longo prazo	73.336	62.884

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo BACEN (Nota nº19), não apresentando vencimento.

b) Os outros saldos estão substancialmente apresentados abaixo:

	2012	2011
Provisão para passivos contingentes	1.351.634	1.347.655
Ações trabalhistas (nota nº 29.c)	24.762	28.534
Ações cíveis (nota nº 29.c)	30.803	25.777
Contribuição previdenciária - CAPAF (nota nº 24)	438.615	404.984
Aposentados responsabilidade do Banco (nota nº 24)	64.392	62.172
Auxílio-saúde a aposentados (nota nº 24)	106.811	97.947
Provisão – FNO (nota nº 19)	576.584	604.319
Provisão para fundos de investimentos (nota nº 29.c)	8.893	18.173
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 ⁽¹⁾	66.407	57.055
Outras provisões operacionais	9.853	14.792
Outros	24.514	33.902
Obrigações por aquisição de bens e direitos	35.201	40.743
Provisão para pagamento a efetuar	63.411	59.868
Obrigações por convênios oficiais	9.090	15.819
Demais	38.772	35.166
TOTAL	1.498.108	1.499.251

Saldo de curto prazo	430.210	480.554
Saldo de longo prazo	1.067.898	1.018.697

(1) Corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja co-responsabilidade é do Banco. Essa co-responsabilidade encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2012 o montante era de R\$92.635 (R\$85.140 em 2011).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.219.669 é representado por 2.964.596.762 de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo a participação da União de 96,9% das ações.

	2012	2011
De domiciliados no país	2.964.592.593	2.963.031.481
De domiciliados no exterior	4.169	1.565.281

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

A destinação do lucro está demonstrada a seguir:

Lucro líquido do exercício	165.949
Reserva Legal (5% do lucro líquido)	(8.297)
Saldo após a Reserva Legal	157.652
Realização da Reserva de Reavaliação	1.050
Base de cálculo do JCP	158.702
JCP	79.351
Reserva Estatutária	79.351

c) Índice da Basileia (limite operacional)

Em atendimento às Resoluções CMN n°s 3.444/2007 e 3.490/2007, o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), para cálculo do Índice da Basileia, foram apurados conforme segue:

	2012	2011
PR Nível I	1.946.077	1.731.375
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	83.582	75.285
Reservas Estatutárias	682.198	602.847
Ajuste ao valor de mercado – TVM e Derivativos	12.702	3.352
Ativos Diferidos	(19.149)	(20.736)
Ajustes da marcação a mercado	(35.178)	(151.295)
PR Nível II	64.937	182.104
Reservas de Reavaliação	29.759	30.809
Ajustes da marcação a mercado	35.178	151.295
Patrimônio de Referência - PR	2.011.014	1.913.479
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.287.907	1.081.168
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	89	280
Parcela de risco operacional (Popr)	156.558	145.357
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	1.444.554	1.226.805
Parcela de risco de mercado (Rban)	3.284	2.744
Excesso/Insuficiência de PR (PR – PRE – Rban)	563.176	683.930
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	15,3%	17,1%

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Provisões constituídas

Neste exercício, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos e a demonstração das alíquotas efetivas para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, em período, estão assim resumidas:

	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação e participações	304.142	304.142	153.246	153.246
Participações Estatutárias	(15.616)	(15.616)	(6.744)	(6.744)
Juros sobre Capital Próprio	(79.351)	(79.351)	(78.490)	(78.490)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	209.175	209.175	68.012	68.012
Adições líquidas de caráter permanente	25.283	25.283	21.131	21.131
Adições líquidas de caráter temporário	31.396	31.396	103.367	103.367
Lucro tributável antes das compensações	265.854	265.854	192.510	192.510
Alíquotas	15%	15%	15%	15%
Valores devidos pela alíquota normal	39.878	39.878	28.876	28.876
Adicional de Imposto de Renda (10%)	26.561	-	19.227	-
Incentivos	(2.216)	-	(1.277)	-
Valores devidos	64.223	39.878	46.826	28.876
Realização Res. de Reavaliação e Diferido s/ MTM	(426)	(256)	(1.584)	(950)
Valores registrados em resultado antes da ativação	63.797	39.622	45.242	27.926
Crédito Tributário sobre diferenças temporárias	11.974	7.184	(3.271)	(1.962)
Valores efetivamente registrados no resultado	75.771	46.806	41.971	25.964
% da despesa efetiva em relação ao Lucro antes do IRPJ e CSLL	36,2	22,4	61,7	38,2

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos s/ diferenças temporárias	562.038	581.196

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n°s 3.059/2002 e 3.353/2006, pela Circular BACEN n° 3.171/2002 e Deliberação CVM n° 273/1998.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a Ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Saldo em 2011	Constituição	Realização	Saldo em 2012
Imposto de Renda				
Provisão para Risco de Crédito	894.576	208.813	(220.180)	883.209
Auxílio pós-emprego	386.995	20.234	(61.776)	345.453
Outras Provisões	174.057	62.218	(57.205)	179.070
Base de Cálculo	1.455.628	291.265	(339.161)	1.407.732
Imposto de Renda Diferido (25%)	363.907	72.816	(84.790)	351.933
Contribuição Social				
Provisão para Risco de Crédito	894.576	208.813	(220.180)	883.209
Auxílio pós-emprego	386.995	20.234	(61.776)	345.453
Outras Provisões	167.025	62.217	(57.205)	172.037
Base de Cálculo	1.448.596	291.264	(339.161)	1.400.699
Contribuição Social Diferida (15%)	217.289	43.690	(50.874)	210.105
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	581.196	116.506	(135.664)	562.038
Participação dos créditos tributários no Patrimônio de Referência	30,4%	-	-	27,9%
Participação dos créditos tributários no Ativo Total	5,9%	-	-	5,3%

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no estudo técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2012, apresenta-se da seguinte forma:

	2013	2014	2015	2016	2017	De 2018 a 2022	TOTAL
CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA							
Crédito Tributário de Imp. de Renda	37.762	52.074	45.623	42.993	40.436	133.045	351.933
Crédito Tributário de Contrib. Social	22.657	31.244	27.374	25.796	24.262	78.772	210.105
TOTAL DOS CRÉDITOS	60.419	83.318	72.997	68.789	64.698	211.817	562.038
Taxa média de captação ao ano (%)	6,89	7,93	8,23	7,60	7,36	-	-
VLR PRESENTE DESTES ATIVOS	56.525	72.220	58.462	51.201	44.855	92.240	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

d) Créditos tributários não ativados

O Banco possui créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças de realizações no total de R\$115.279 (R\$83.551 em 2011). Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realizações ultrapassar os 10 (dez) anos definidos no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2012, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

16. Desdobramento das Contas de Resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	2012	2011
Rendos administração de fundos e programas	401.839	367.747
FNO	357.969	348.481
FINAM	6.818	7.346
FDA	30.118	7.672
Demais rendas	6.934	4.248
Rendos de tarifas bancárias	81.809	51.973
Pessoa física	25.638	19.841
Pessoa jurídica	56.171	32.132
Rendos de outros serviços	15.184	16.260
Tarifas de operações de crédito	-	1.929
Demais rendas	15.184	14.331
TOTAL	498.832	435.980

b) Despesas de pessoal

	2012	2011
Honorários	3.075	3.736
Benefícios	46.728	42.214
Encargos sociais	90.497	85.989
Proventos	218.252	191.281
Treinamento	5.619	3.275
Remuneração de estagiários	5.074	4.518
TOTAL	369.245	331.013

c) Outras despesas administrativas

	2012	2011
Água, energia e gás	10.110	8.298
Aluguéis	9.467	7.905
Processamento de dados	55.827	48.754
Despesas de comunicações	30.583	30.325
Manutenção e conservação de bens	9.978	10.961
Despesas de material	1.319	2.078
Serviços de terceiros	13.407	11.702
Vigilância e segurança	18.052	13.607
Despesas de serviços do sistema financeiro	14.551	17.485
Despesas de propaganda e relações públicas	8.201	7.853
Despesas de promoção e publicidade	9.949	11.758
Despesas de publicações oficiais	1.791	2.090
Despesas de serviços técnicos especializados	5.555	6.233
Despesa de transporte	16.030	12.531
Despesas de viagens	8.193	7.798
Despesas de depreciação	13.842	13.895
Despesas de amortização	15.403	14.679
Demais despesas administrativas	4.409	4.427
TOTAL	246.667	232.379

d) Despesas tributárias

	2012	2011
ISS	4.377	3.445
COFINS	49.719	46.574
PIS/PASEP	8.079	7.568
Demais tributos	1.633	1.649
TOTAL	63.808	59.236

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2012	2011
Outras receitas operacionais		
Del credere – FNO	298.729	268.999
Demais rendas operacionais	117.258	59.594
Recuperação de operações do FNO	43.135	22.773
Receita de variação de taxas do FMM	9.057	10.582
Receita de variação de taxa de câmbio	20.921	5.286
Recuperação de encargos e despesas	10.550	5.169
Rendas sobre depósito compulsório	4.876	5.669
Reversão provisões operacionais	16.104	4.214
Demais receitas	12.615	5.901
TOTAL	415.987	328.593

Outras despesas operacionais

	2012	2011
Despesas de provisão – FNO	144.363	222.847
Atualização de benefícios pós-emprego	77.877	59.932
Apuração de responsabilidade	398	5.754
Despesas de fundos de investimento	7.979	4.413
Despesas de variação de taxa de câmbio	5.338	11.862
Passivos judiciais e legais	19.020	9.316
Passivos trabalhistas	-	1.815
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995	9.352	9.381
Despesas pós-emprego – assistidos	13.808	11.526
Despesas pós-emprego – auxílio saúde	14.805	16.341
Despesas com agravamento de operações	4.310	11.954
Demais despesas operacionais	13.628	7.873
TOTAL	310.878	373.014

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM, criado pelo Decreto Lei n° 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Amazônica. O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No exercício, foi apropriado e recebido, como Receita de Prestação de Serviço, o valor de R\$6.818 (R\$7.346 em 2011).

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

a.5) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(617.549)	(601.876)	(152.599)	(147.038)
Custo do serviço corrente	(5.313)	(8.062)	(90)	(136)
Custo de juros	(68.754)	(64.862)	(16.856)	(16.324)
(Perdas) / Ganhos atuariais	(92.334)	5.041	(18.455)	(9.801)
Benefícios pagos pelo plano	48.423	52.210	19.750	20.700
Valor presente obrigação no final do exercício	(735.527)	(617.549)	(168.250)	(152.599)
Valor justo dos Ativos Plano no início exercício	(221.209)	(181.977)	95.748	89.031
Retorno esperado dos ativos	(25.712)	(19.444)	13.711	12.337
Ganhos / (Perdas) Atuariais	18.046	7.943	10.664	14.672
Contribuições (empregador/participantes)	28.466	24.479	334	408
Benefícios Pagos pelo Plano	(48.423)	(52.210)	(19.750)	(20.700)
Valor justo dos Ativos Plano no final exercício	(248.832)	(221.209)	100.707	95.748
Total valor presente obrigação final do exercício	(984.359)	(838.758)	(168.250)	(152.599)
Com cobertura	-	-	(100.707)	(95.748)
Sem cobertura	(984.359)	(838.758)	(67.543)	(56.851)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(984.359)	(838.758)	(67.543)	(56.851)
Montante não reconhecido como (ativo)/passivo	-	-	33.771	28.425
Montante não reconhecido como ativo (passivo) – 39,8% do excesso (Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	492.179	419.379	-	-
	53.565	14.395	(15.748)	(20.011)
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(438.615)	(404.984)	(49.520)	(48.437)

	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
Valor presente obrigação atuarial no início do exercício	(69.001)	(74.241)	(113.324)	(118.781)
Custo do serviço corrente	-	-	(2.117)	(2.589)
Custo de juros	(7.546)	(7.593)	(12.093)	(12.715)
(Perdas) / (Ganhos) atuariais	(12.291)	595	2.136	14.825
Benefícios pagos pelo plano	12.010	12.238	5.923	5.936
Valor presente obrigação no final do exercício (sem cobertura)	(76.828)	(69.001)	(119.475)	(113.324)
Valor presente obrigação atuarial sem cobertura	(76.828)	(69.001)	(119.475)	(113.324)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	7.922	8.500
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	12.436	6.829	4.742	6.877
Passivo atuarial líquido reconhecido ao final do exercício	(64.392)	(62.172)	(106.811)	(97.947)

a.6) Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no Balanço

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(404.984)	(373.084)	(48.437)	(47.304)
Pagamentos para plano líquido administração	16.258	14.284	167	204
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(49.889)	(46.184)	(1.250)	(1.337)
Passivo reconhecido no final do exercício	(438.615)	(404.984)	(49.520)	(48.437)
	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do exercício	(62.172)	(61.832)	(97.947)	(87.499)
Pagamentos para plano líquido administração	12.010	12.238	5.923	5.936
Provisão para planos de benefícios e outros pós-emprego (despesa total reconhecida)	(14.230)	(12.578)	(14.787)	(16.384)
Passivo reconhecido no final do exercício	(64.392)	(62.172)	(106.811)	(97.947)

a.7) Despesa Total Reconhecida na Demonstração do Resultado

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	(2.656)	(4.031)	(44)	(68)
Contribuições	-	-	-	-
Custo de juros	(34.377)	(32.431)	(8.428)	(8.162)
Retorno esperado dos ativos	(12.856)	(9.722)	6.855	6.168
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	-	-	368	725
Efeito do item 58 (b)/ou da responsabilidade dos Participantes e Assistidos	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	(49.889)	(46.184)	(1.249)	(1.337)
Administração do Plano	(2.869)	(2.521)	(25)	(31)
Total da (despesa) / receita no exercício	(52.758)	(48.705)	(1.274)	(1.368)
	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2012	2011	2012	2011
Custo do serviço corrente	-	-	(2.118)	(2.590)
Custo de juros	(7.546)	(7.593)	(12.092)	(12.715)
Amortização de ganhos/ (perdas) atuariais	(6.683)	(4.985)	-	(502)
Amortização de serviços passados	-	-	(578)	(578)
Total da (despesa) / receita reconhecida	(14.229)	(12.578)	(14.788)	(16.385)
Total da (despesa) / receita no exercício	(14.229)	(12.578)	(14.788)	(16.385)

a.8) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Renda Fixa	15,6%	11,8%	80,1%	81,5%
Renda Variável	-	-	0,7%	1,5%
Empréstimos	59,7%	80,2%	3,6%	4,0%
Imóveis	24,7%	8,0%	15,6%	13,0%
Total em percentual dos ativos	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

a.9) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2012	2011	2012	2011
Em propriedade ocupada ou ativo utilizado	8,5%	-	2,1%	0,8%

a.10) Descrição da Base utilizada para determinar a Taxa Esperada de Retorno dos Ativos

Plano de Benefício Definido (PBD):

A taxa real de juros de 6% a.a é adotada no Plano de Benefícios Previdenciais, sendo que conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais é de 6,0% a.a ou a sua equivalência mensal.

A taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 10,8% , a qual corresponde a taxa de juros máxima para as projeções atuariais de 5,5% a.a, mais a inflação.

Plano Misto de Benefício (PMB):

A taxa esperada de retorno dos ativos do Plano de Benefícios Previdenciais foi apurada em função da meta atuarial, considerando a taxa real de juros e inflação.

Os planos Assistidos pelo Banco e Auxílio Saúde não mantêm ativos, desta forma a taxa de Retorno dos ativos não é aplicável para os mesmos.

a.11) Retorno anual dos Ativos

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto		Assistidos pelo Banco		Auxílio Saúde	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Retorno real anual dos ativos	10,8%	11,3%	10,8%	11,3%	N/A	N/A	-	N/A
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativo	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

a.12) Montantes de pagamentos esperados no exercício seguinte

	CAPAF Plano BD		CAPAF Plano Misto	
	2013	2012	2013	2012
Normais	17.847	15.403	180	268
Administração	2.724	2.718	25	29
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	20.571	18.121	205	297
	Assistidos pelo Banco		Auxílio-Saúde	
	2013	2012	2013	2012
Normais	12.997	14.235	6.235	6.082
Montante dos Pagamentos esperados no Exercício Seguinte	12.997	14.235	6.235	6.082

a.13) Efeito decorrente de aumento e redução de um ponto percentual nos custos do Auxílio-Saúde

	Auxílio-Saúde			
	Redução em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício	Aumento em 1 Ponto percentual	% valores fim do exercício
Valor total do custo de juros	11.661	(5,2%)	13.591	10,5%
Valor total do custo do serviço corrente	1.858	(23,2%)	2.907	20,1%
Valor presente da obrigação atuarial	111.216	(6,9%)	129.117	8,1%

As contribuições normais do Banco como patrocinador da CAPAF, totalizaram, no exercício, R\$10.720 (R\$10.100 em 2011), sendo R\$5.980 (R\$5.506 em 2011) referentes ao Plano de Benefícios Definidos e R\$4.740 (R\$4.594 em 2011) ao Plano Misto de Benefícios. O Banco mantém sob sua responsabilidade o pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados aposentados até 1981, sendo pago, no exercício, o montante de R\$11.589 (R\$11.185 em 2011).

Auxílio saúde

São concedidos, também, aos aposentados e pensionistas meios indispensáveis ao custeio dos tratamentos necessários à manutenção e à prevenção da saúde, denominado auxílio-saúde, cujo valor presente da obrigação do Banco é calculado atuarialmente.

De acordo com o regulamento desse benefício, a participação do Banco dar-se-á pelo repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, nos limites estabelecidos conforme a disponibilidade orçamentária existente para cada ano.

A título de auxílio-saúde o Banco pagou, no exercício, o montante de R\$5.941 (R\$5.892 em 2011).

O saldo da provisão referente a essas obrigações é o seguinte:

	2012	2011
Auxílio-saúde (nota nº 13.b)	106.811	97.947
Aposentados de responsabilidade do Banco (nota nº 13.b)	64.392	62.172
TOTAL	171.203	160.119

A despesa reconhecida no exercício em decorrência dos benefícios anteriormente acima especificados está assim distribuída:

	2012	2011
Auxílio-saúde	(14.805)	(16.341)
Aposentados de responsabilidade do Banco	(13.808)	(11.526)
TOTAL	(28.613)	(27.867)

Intervenção na CAPAF

Para solucionar o déficit apresentado nos planos administrados pela CAPAF, a PREVIC, por intermédio das Portarias nºs 254, 255 e 256, todas de 25.05.2011, publicadas no Diário Oficial da União de 27.05.2011, autorizou a implantação de novos planos, fixando o prazo, improrrogável, de até 30.09.2011, para início do funcionamento dos mesmos.

Pelo fato do processo de pré-adesão não ter viabilizado a implantação dos novos planos, uma vez que apenas 61,20% do público alvo se manifestou favorável, foi decretada, pelo prazo de 180 dias, a intervenção na CAPAF e nomeado um interventor. Referido prazo foi prorrogado, através das Portarias nºs 142 e 508, publicadas no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012 e 14 de setembro de 2012, respectivamente, por igual período.

Outra prorrogação foi concedida, dessa vez para o início de funcionamento dos Planos de Benefícios Previdenciário – Prev Amazônia, Plano Misto de Benefício Saldado e Plano Saldado de Benefício Definido. Essa prorrogação foi realizada pelas Portarias nºs 562, 563 e 564, de 03 de outubro de 2012.

O Interventor da CAPAF, diante do atual desequilíbrio e exaustão dos recursos financeiros da Entidade, em março de 2012, apresentou ao Banco três propostas alternativas àquela aprovada pela PREVIC em agosto de 2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos planos saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteiam os benefícios da Portaria nº 375/1969.

Dentre as soluções apontadas pelo Interventor, aquela que apresenta a melhor estrutura do ponto de vista da segurança jurídica, diz respeito ao saldamento acompanhado da extinção definitiva dos processos trabalhistas, mediante a celebração de acordos judiciais, considerando que a as decisões dos tribunais sobre as demandas têm se mostrado desfavoráveis tanto ao Banco quanto à CAPAF. A proposta que melhor evidencia a real possibilidade de aumento significativo de adesões para atingir níveis que viabilizem atuarialmente a implantação dos planos saldados e que possibilita o equacionamento dos atuais planos de benefícios, além de contemplar a extinção do plano judicial que pesa sobre a CAPAF e o seu Patrocinador, foi analisada em análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

Em maio de 2012, por considerar que não houve alteração na proposta de saldamento aprovada anteriormente, os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF. Assim, em 20 de agosto de 2012, iniciou o prazo para adesão aos planos saldados e em 29 de agosto de 2012 as audiências de conciliação nos diversos Tribunais Regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento de recursos financeiros àqueles com ações judiciais interpostas até 04 de outubro de 2011 (data da intervenção da CAPAF) com pretensões oriundas da Portaria nº 375/1969.

Em 09 de outubro de 2012, encerrou o prazo para adesão aos planos saldados, restando ainda alguns acordos que estão sendo realizados na esfera do judiciário, alcançando o processo cerca de 52% do público alvo. Até o final do exercício de 2012, o Banco pagou, a título de homologação de acordos judiciais, o montante de R\$6.848.

25. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$4.853,50 (R\$5.530,60 em 2011). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

	2012		2011	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	17.441,47	1.649,20	16.224,62	1.520,00
Vencimento básico	3.108,72	1.030,49	2.891,83	958,60
Adicional por tempo de serviço	797,16	-	741,54	-
Adicional de função comissionada	3.599,45	-	3.348,32	-
Gratificação especial mensal	2.501,78	349,37	2.327,23	324,99
Complem. pessoal temp. adicional de função	7.434,36	-	6.915,70	-
Acordo de trabalho	-	269,34	-	236,41

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$15.134 (R\$6.285 em 2011).

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada:

	2012	2011
Diretoria	29.353,35	33.689,04
Conselho de Administração	2.643,50	2.724,40
Conselho Fiscal	2.825,30	2.617,72

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2012	2011
Diretoria	2.827	3.084
Honorários	2.457	2.426
Ajuda de Custo	-	199
Participação no Lucro	370	459
Conselho de Administração	204	196
Conselho Fiscal	138	141
Comitê de Auditoria	276	315
TOTAL	3.445	3.736

26. Processo de Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos, no âmbito do Banco da Amazônia S.A., tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do Banco, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (aféição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.

O maior volume de recursos está alocado em papéis públicos, dos quais as LFT's detêm maior participação por serem indexadas a SELIC, e as operações compromissadas com posição doadora de recursos, mantendo o perfil histórico da Instituição.

Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito do Banco, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e operar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adota pela Instituição baseia-se em inclusive, dentre operações de crédito com pleiteantes, reserva física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentro os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A solução está em fase de finalização e ajustes nas especificidades do Banco e demandas legais do BACEN.
2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. A consultoria entregou diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto. A conclusão do projeto está prevista para 31 de março de 2013.
3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento. A previsão para entrada em produção do sistema é fevereiro de 2013.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabeleça os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de risco, tipo de papel e/ou de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociações (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 69,3% do valor de mercado (MTM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.401 em 2012 (R\$1.759 em 2011), o que representa um percentual de 0,05% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia II.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Dezembro/2012 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	-	19.544	38.000
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	2.261	10.593	20.662
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	(2)	(1.430)	(2.850)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	(138)	(276)
TOTAL		2.258	28.569	55.536

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de dezembro de 2012:

Cenário 1: A base deste cenário são as condições de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,04 e a taxa DI de 1 ano no nível de 6,90%a.a.

Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados limites (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$2,55, e a taxa DI de 1 ano no nível de 8,63%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choques paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,06 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 10,35% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choques paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2012. O cenário 1, como projeção de perda sem estresse, apresentou VaR de aproximadamente R\$2.258; os cenários 2 e 3 com estresse apresentaram VaR de R\$28.569 e R\$55.536, respectivamente. Os resultados apresentados confirmam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição.

28. Demonstração do resultado abrangente

	2012	2011
Lucro líquido na Demonstração de Resultado	165.949	78.568
Outros Lucros Abrangentes	17.335	7.183
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.584	766
Próprios	15.584	766
Marcação a mercado positiva	85.629	17.508
Marcação a mercado negativa	(70.045)	(16.742)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.751	6.417
IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	(6.934)	(2.873)
Sobre a marcação a mercado	(6.234)	(306)
Sobre a realização da reserva	(700)	(2.567)
Lucro Abrangente líquido de IR e CSLL	10.401	4.310
Lucro Abrangente	176.350	82.878

29. Informações complementares

a) Avals e fianças prestados

Os avals e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	5.329.427	4.767.168
Cobrificação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	92.635	85.140
TOTAL	5.422.062	4.852.308

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$142.575 (R\$135.492 em 31.12.2011), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Contingências

Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas - Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Ações de natureza fiscal – São ações decorrentes de atuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;

Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2012, foram interpostas contra o Banco 869 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$8.893 (R\$18.173 em 31.12.2011). No exercício, foram cumpridas 57 ações no valor de R\$20.546 (R\$5.901 em 31.12.2011).

A movimentação da provisão no período está abaixo especificada (nota nº 13.b):

Descrição	Saldo em 31.12.2011	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2012
Trabalhista	28.534	20.378	(24.150)	24.762
Cível/Fiscal	25.777	19.152	(14.126)	30.803
Fdos Invest.	18.173	8.431	(17.711)	8.893

FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$31.702 (R\$19.708 em 2011), com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2012. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

CONSELHO FISCAL
PARECER CF Nº 2013/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2012.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Depois de analisar o Parecer da auditoria Independente Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., de 31 de janeiro de 2013, em especial quanto aos assuntos apontados em relação à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia-CAPAF e após os exames efetuados, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir do assunto mencionado na Nota Explicativa nº 24.

Belém (PA), 31 de janeiro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CA Nº 2013/001

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais, inclusive aquelas conferidas pelo inciso V do artigo 142 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião extraordinária realizada nesta data, tomou conhecimento do Relatório da Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco e do Fundo Constituintes de Financiamento de Investimento da Instituição, referentes ao segundo semestre e exercício de 2012, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favorável à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Sociedade.

Belém (PA), 31 de janeiro de 2013

COMITÊ DE AUDITORIA
Resumo do Relatório Semestral - 2º semestre de 2012

De acordo com o disposto no inciso XIII do artigo 9º de seu Regimento Interno, este Comitê de Auditoria apresenta o relatório-resumo referente ao período de 1º/07/2012 a 31/12/2012.

O documento sintetiza o relatório analítico, avaliando as atividades desenvolvidas; a efetividade do sistema de controles internos; a efetividade da auditoria independente; a efetividade da auditoria interna; o atendimento às demandas de órgãos externos; e outros temas (Caixa de Previdência dos Funcionários, Projeto de Excelência Tecnológica, Fundo de Investimentos da Amazônia, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e Ouvidoria); e a qualidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria do Banco da Amazônia desempenhou suas funções regulamentares e institucionais. Realizou reuniões com os gestores das unidades corporativas e emitiu avaliações periódicas. Relatou ao Conselho de Administração as matérias resultantes de sua supervisão, monitoramento, análise e avaliação das políticas, práticas e procedimentos de gestão.

Na avaliação da efetividade do sistema de controles internos, analisou o ambiente de controle, a avaliação e o gerenciamento de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação, bem como o monitoramento. A implantação de projetos e a implementação de planos de ação em andamento, sobretudo na área de TI, mitigarão riscos e aprimorarão ainda mais o sistema, reduzindo em especial a intervenção manual nos processos.

Constatou que os trabalhos da Auditoria Externa foram conduzidos com independência e de acordo com as normas técnicas aplicáveis, estando documentados em plano de auditoria, relatórios e pareceres, que refletem a situação atual do Banco da Amazônia.

Verificou também que a Auditoria Interna atuou com igual independência e efetividade. Providências em andamento, relacionadas ao desenvolvimento de processos e implantação de sistemas, permitirão que atue com maior intensidade na avaliação dos riscos de processos de abrangência corporativa.

O Banco vem atendendo às demandas dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Entre os demais temas acompanhados pelo Comitê de Auditoria no período, destacam-se o Projeto de Excelência Tecnológica (PET) e o processo de equacionamento da Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (CAPAF).

As demonstrações financeiras com data-base 31/12/2012, as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer do Auditor Independente estão de acordo com os normativos que regulam a atividade bancária e com as práticas contábeis vigentes no País.

Assim, por refletirem a situação financeira e patrimonial da Empresa, ressalvado o possível impacto das responsabilidades financeiras e atuariais com a CAPAF (nota explicativa 24), cujo montante ainda não está definido com exatidão, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Belém (PA), 31 de janeiro de 2013.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações demonstrativas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012 e na data respectiva, assim como os resumos dos principais fatos relevantes e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Base para abstenção de opinião

Nossos procedimentos de auditoria revelaram os seguintes assuntos com relação aos benefícios pós-emprego do Banco:

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e o Banco, sob orientação de consultoria técnica atuarial especificamente contratada para assessorar o Banco no plano de reestruturação, e em atendimento ao Termo de Compromisso para Reestruturação dos Planos da CAPAF, concluíram a elaboração dos regulamentos do “Plano Misto de Benefícios Saldado”, “Plano Saldado de Benefício Definido” e do “Plano de Benefícios Previdenciários PREV AMAZÔNIA”, os quais foram aprovados pelas partes (Diretoria Executiva do Banco e Conselho Deliberativo da CAPAF) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O Banco recebeu da consultoria contratada um estudo atualizado com base em fevereiro de 2010 que estimava o déficit atuarial destes novos planos em aproximadamente R\$ 1.207.000 mil (não auditado), o qual considerava as seguintes premissas: (i) a adesão da totalidade dos participantes aos novos acordos do plano de benefício; (ii) a responsabilidade do Banco em 72,84% do valor total do passivo atuarial apurado acima; e (iii) a responsabilidade dos empregados ativos e assistidos em 27,16% do valor total do passivo atuarial apurado acima. A implantação do projeto de reestruturação não foi concluída até a data limite estabelecida pela PREVIC (30 de setembro de 2011), visto que a adesão dos participantes do plano não atingiu o percentual mínimo para que o plano pudesse ser colocado em prática para a efetivação da reestruturação. Como consequência, e em cumprimento às disposições contidas no artigo 44 da Lei Complementar 109, em 3 de outubro de 2011 a PREVIC decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, conforme Portaria 573, e nomeou seu interventor através da Portaria 574, determinando a perda do mandato dos atuais membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da CAPAF e dando amplos poderes de administração ao interventor. Em 13 de setembro de 2012, a PREVIC, por meio da Portaria 508, prorrogou por mais 180 dias, a contar de 28 de setembro de 2012, a intervenção da CAPAF. O prazo de intervenção na CAPAF está em curso, e, portanto, não é possível saber quais serão as medidas propostas no processo de intervenção para o saneamento ou liquidação dos planos de benefícios da CAPAF e seus efeitos nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2012.
- O Banco efetua a provisão para obrigações atuariais com base em um percentual do déficit atuarial calculado pelo atuário-consultor correspondente à parcela do seu patrocínio, que é de 50%. Esse procedimento não está de acordo com a metodologia atuarial prevista na Deliberação CVM 600. Em 31 de dezembro de 2012, o valor referente aos 50% não provisionados monta em R\$ 492.179 mil.
- Durante o exercício de 2010 o Banco aplicou pela primeira vez a Deliberação CVM 600, porém, o laudo atuarial não considerou o efeito da adoção inicial do padrão contábil estabelecido pela CVM 600 e os ganhos e perdas atuariais não foram reconhecidos conforme os requerimentos de transição. Dessa forma, o Banco continua diferindo o montante total de ganhos ou perdas atuariais acumulados conforme estabelecido pela Deliberação CVM 371, que foi revogada pela Deliberação supracitada.
- De acordo com a CVM 600, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego (cobertas ou descobertas) deve ser determinada com base em negócios praticados no mercado para instrumentos financeiros de primeira linha, apurados na data a que se referem às informações financeiras, em títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade (debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional). Se não houver mercado ativo em tais obrigações, devem ser usados os rendimentos de mercado (na data a que

se referem às informações financeiras) relativos aos títulos do Tesouro Nacional. A moeda e prazo desses instrumentos financeiros devem ser consistentes com a moeda e prazo esperados dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações atuariais não foi apurada de acordo com os requerimentos da Deliberação CVM 600 e não nos foi possível concluir sobre o impacto da referida taxa caso fosse utilizada a taxa de desconto baseada na Deliberação.

- Conforme mencionado na nota explicativa 24, em 31 de dezembro de 2012 o Plano Misto de Benefícios apresenta déficit atuarial no montante de R\$ 67.542 mil, o qual não foi registrado pelo Banco como obrigação atuarial.
- Em 31 de dezembro de 2012, o Banco possui registrado na conta Outros Créditos – Diversos – Títulos e Créditos a Receber, o valor de R\$ 147.708 mil, correspondente aos aportes efetuados a maior para a Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, no plano de contribuição definida e pagamentos de causas judiciais de responsabilidade daquela Entidade. As partes interessadas expressaram, em instrumentos jurídicos e correspondências, a intenção de utilização destas importâncias no equacionamento do déficit atuarial que existe no plano de benefício definido e/ou restituição dos valores ao Banco. Uma vez que o processo de equacionamento do déficit atuarial dos planos da CAPAF não foi concluído, a realização dos referidos saldos dependerá das decisões tomadas no processo de intervenção da CAPAF pela PREVIC.
- Conforme mencionado na nota explicativa 6, o Banco possui registrado na conta Títulos e Valores Mobiliários, o valor de R\$ 316.141 mil, correspondente a Certificados Financeiros do Tesouro, recebidos pelo Banco dentro do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 27 de junho de 2001. Esses títulos estão classificados na categoria mantidos até o vencimento conforme permitido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O Banco tem a prerrogativa de liquidar suas obrigações junto à CAPAF com a utilização desses títulos pelo seu valor de face. Em nosso entendimento, após a transferência desses títulos a valor de face para a CAPAF, estes deverão ser marcados a mercado para fins de cálculo do déficit atuarial e seus efeitos no Banco na figura de patrocinador. O efeito da marcação a mercado, que em 31 de dezembro de 2012 é uma perda de R\$ 11.394 mil, aumentaria a provisão para obrigações atuariais registrada no Banco nesse mesmo montante.

Devido aos assuntos acima mencionados, para a data-base de 31 de dezembro de 2012, não nos foi possível concluir sobre a realização do valor a receber da CAPAF de R\$ 147.708 mil registrado em Outros créditos e quanto a adequação da provisão para obrigações atuariais do Banco com relação aos benefícios pós-empregos no montante de R\$ 609.818 mil, e o seu respectivo crédito tributário no montante de R\$ 88.662 mil.

Abstenção de opinião

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas.

Ênfase

Conforme mencionado no parágrafo Base para abstenção de opinião e na nota explicativa 24, a PREVIC inicialmente decretou a intervenção da CAPAF pelo prazo de 180 dias, prazo este que foi por mais uma vez prorrogado por 180 dias, a contar de 28 de setembro de 2012, conforme a Portaria 508 de 13 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2012. Nesta data não é possível mensurar o valor da obrigação atuarial a ser coberta pelo Banco junto a CAPAF, na figura de patrocinador dos planos, bem como o efeito desse evento sobre as operações, sobre as demonstrações financeiras e sobre o patrimônio de referência do Banco em 31 de dezembro de 2012.

Demonstração do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Devido a relevância dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 31 de janeiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6-“S”-PA

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-“S”-PA

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ 106.036/O-5-“S”-PA

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO		
CIRCULANTE	5.957.617	5.285.486
DISPONIBILIDADES	3.561.108	2.891.086
Recursos a Alocar	2.388.026	2.155.872
Recursos Alocados	1.173.082	735.214
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	27.670	23.620
DEVEDORES POR REPASSES	762	755
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	328.776	364.187
Financiamentos Rurais	392.092	420.309
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	9.244	11.245
Provisão Operações de Crédito	(72.660)	(67.367)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	2.104.734	2.067.779
Financiamentos Rurais	1.407.858	1.458.727
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	369.928	347.569
Financiamentos - Comércio e Serviços	391.932	331.343
Provisão Operações de Crédito	(64.984)	(69.860)
PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	(65.433)	(61.941)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.051.805	7.984.983
DEVEDORES POR REPASSES	9.702	10.464
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	1.007.869	946.378
Financiamentos Rurais	1.021.550	985.030
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	6.549	12.320
Provisão Operações de Crédito	(20.230)	(50.972)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	8.336.212	7.285.975
Financiamentos Rurais	3.271.343	2.853.574
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	2.396.348	2.058.306
Financiamentos - Comércio e Serviços	2.674.759	2.391.879
Provisão Operações de Crédito	(6.238)	(17.784)
PROVISÃO BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	(301.978)	(257.834)
TOTAL	15.009.422	13.270.469
PASSIVO		
CIRCULANTE	34.583	33.227
OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.583	33.227
Taxa de Administração	34.583	33.227
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.974.839	13.237.242
REPASSES DO TESOURO NO EXERCÍCIO	1.726.828	1.676.867
Primeiro Semestre	941.289	875.219
Segundo Semestre	785.539	801.648
REPASSES DO TESOURO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.656.423	10.979.556
LUCROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	580.819	526.296
LUCRO DO EXERCÍCIO	10.769	54.523
Primeiro Semestre	(43.558)	(48.468)
Segundo Semestre	54.327	102.991
TOTAL	15.009.422	13.270.469

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2012	31.12.2011
R E C E I T A S:	822.214	787.669
Operações de crédito	501.162	465.662
Remuneração das disponibilidades	256.771	258.450
Recuperação de créditos baixados	64.281	43.798
Reversão de provisões bônus de adimplência	-	19.759
D E S P E S A S:	(811.445)	(733.146)
De administração	(345.365)	(335.373)
De remuneração agente - Pronaf	(12.603)	(13.107)
De auditoria externa	(211)	(199)
De reutilização e descontos	(5.581)	(45.731)
De bônus de adimplência	(165.741)	(67.335)
De provisão operações de crédito	(281.944)	(271.401)
LUCRO DO EXERCÍCIO	10.769	54.523

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

E V E N T O S		
	31.12.2012	31.12.2011
SALDO EM 31.12.2010		11.505.852
Recursos repassados durante o exercício		1.676.867
Resultado do exercício		54.523
SALDO FINAL EM 31.12.2011		13.237.242
Recursos repassados durante o exercício		1.726.828
Resultado do exercício		10.769
SALDO FINAL EM 31.12.2012		14.974.839

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	31.12.2012	31.12.2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	10.769	54.523
Despesa de provisão para operações de crédito	281.944	271.401
Despesa de provisão para bônus de adimplência	165.741	67.335
Reversão de provisão para bônus de adimplência	-	(19.759)
Lucro líquido ajustado	458.454	373.500
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(4.050)	(7.059)
Redução de devedores por repasses	755	748
(Aumento) em operações de crédito	(1.513.321)	(1.126.919)
Aumento em outras obrigações	1.356	1.850
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.515.260)	(1.131.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	1.726.828	1.676.867
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.726.828	1.676.867
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	670.022	918.987
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	2.891.086	1.972.099
No fim do exercício	3.561.108	2.891.086
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	670.022	918.987

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

1. Contextualização

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, com alterações através das Leis Ordinárias nºs 9.126/1995, 10.177/2001, 11.775/2008, 12.716/2012, Medidas Provisórias nºs 2.196/2001, 581/2012.

a) Área de abrangência

A atuação do FNO compreende os 450 municípios dos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 Km².

b) Política de atuação

A aplicação dos recursos financeiros do FNO está pautada nas diretrizes expressas na legislação, nas diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) 2012 a 2015, nas orientações estratégicas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na Política Nacional de Agricultura Familiar, na Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, no Plano Nacional de Turismo (PNT), no Programa Mais Cultura, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

O detalhamento da política, diretrizes e prioridades de concessão de créditos e financiamentos através dos recursos do FNO se encontram no Plano de Aplicação dos Recursos para 2012, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

c) Programas de financiamento

Os recursos financeiros do FNO para o ano de 2012 foram aplicados através de seis programas de financiamento contidos no Plano de Aplicação de Recursos para 2012, compreendendo: 1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF); 2. Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável); 3. Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade); 4. Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual (FNO-EI); 5. Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-MPE); e 6. Programa Emergencial para Enchentes (FNO-Emergencial).

d) Isenção tributária

Conforme o artigo 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

e) Fiscalização

O art.19 da Lei nº 7.827/1989, define a obrigatoriedade da publicação, semestral, dos balanços devidamente auditados. Para tanto, o Banco da Amazônia mantém contrato com auditoria independente do cumprimento deste dispositivo regulamentar.

Além disso, o Fundo é fiscalizado, também, pela Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU).

2. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do FNO, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas são oriundas de:

- encargos financeiros das operações de crédito;
- recuperações de créditos baixados; e
- remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco da Amazônia S.A.

As despesas são decorrentes de:

- taxa de administração;
- remuneração do agente financeiro PRONAF;
- serviços de auditoria externa;
- descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
- provisões de bônus de adimplência; e
- provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros das operações de crédito são calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2011 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao PRONAF e PROCERA os encargos variam de acordo com a legislação e regulamento constante no Manual de Crédito Rural, nos capítulos 10 e 18, do Banco Central do Brasil.

A taxa de administração devida ao Banco da Amazônia S.A. é calculada mensalmente, aplicando 0,25% sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do Decreto nº 5.641/2005.

b) Ativo

O caixa e equivalente de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco da Amazônia S.A., enquanto não liberados para extra-mercado, formado pelas transferências oriundas do Tesouro Nacional e dos retornos dos financiamentos, que são remunerados pela taxa extra-mercado do BACEN, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco da Amazônia S.A. e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

Os financiamentos são demonstrados pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de Rendas a Apropriar.

As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo realizável a longo prazo.

c) Patrimônio líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

d) Demonstrativos financeiros

Os saldos do FNO estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

3. Operações de crédito

a) Risco

De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

- Risco integral do Fundo- operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998, financiamentos vinculados aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, linha de crédito emergencial e operações de repasses a outras instituições financeiras;
- Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o Fundo) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998.

b) Provisão

- A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.
- Com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 244/2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornaram à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:
 - operações de crédito que já haviam sido baixadas anteriormente, e/ou
 - valor da provisão existente antes da referida renegociação.

O montante dessa provisão corresponde a R\$26.468 (R\$68.756 em 2011), registrada totalmente no realizável a longo prazo.

- As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do Banco operador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.
- Foi registrada baixa da provisão adicional no montante de R\$8.872, constituída em 2011, em função das operações de crédito de risco compartilhado vinculadas ao Pronaf, com indícios de fraude, terem sido levadas a prejuízo.
- As Resoluções CMN nº 4028 e 4030/2011 autoriza a composição de dívidas e renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve efeito contábil no Fundo.

Na movimentação das provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos, vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstrada:

Discriminação	31.12.2012	31.12.2011
Saldo Integral	(205.983)	(213.341)
Risco Integral FNO	(118.339)	(132.872)
Risco Compartilhado	(87.644)	(80.469)
Provisões constituídas	(281.944)	(271.401)
Risco Integral FNO	(126.267)	(119.047)
Risco Compartilhado	(155.677)	(152.354)
Valores baixados	323.815	278.759
Risco Integral FNO	151.716	133.580
Risco Compartilhado	172.099	145.179
Saldos no fim do semestre	(164.112)	(205.983)
Risco Integral FNO	(92.890)	(118.339)
Risco Compartilhado	(71.222)	(87.644)

Composição de carteira

Financiamentos	Risco do Fundo					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria	11.203	4.690	15.893	17.636	5.929	23.565
Rurais	1.275.315	138.327	1.413.642	1.252.294	153.045	1.405.339
Subtotal	1.286.518	143.017	1.429.535	1.269.930	158.974	1.428.904
Dev. p/ Repasses	10.464	-	10.464	11.219	-	11.219
Total da Carteira	1.296.982	143.017	1.439.999	1.281.149	158.974	1.440.123
Provisão	(20.230)	(72.660)	(92.890)	(50.972)	(67.367)	(118.339)
Total Líquido	1.276.752	70.357	1.347.109	1.230.177	91.607	1.321.784

Financiamentos	Risco Compartilhado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Vencidos	Total	Normal	Vencidos	Total
Indústria/Com/Serv	5.726.700	106.267	5.832.967	5.044.230	84.867	5.129.097
Rurais	4.351.324	327.877	4.679.201	3.924.660	387.641	4.312.301
Total da Carteira	10.078.024	434.144	10.512.168	8.968.890	472.508	9.441.398
Provisão	(6.238)	(64.984)	(71.222)	(17.784)	(69.860)	(87.644)
Total Líquido	10.071.786	369.160	10.440.946	8.951.106	402.648	9.353.754

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R\$495.914 (R\$423.938 em 2011), sendo que R\$172.099 foi assumido pelo Banco (R\$145.179 em 2011).

d) Bônus de adimplência

Em conformidade com os normativos legais para o Fundo os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento. Os mutuários que honraram suas parcelas dentro do cronograma de vencimento foram elegíveis ao bônus de adimplência que representou no exercício o montante de R\$118.105 (R\$114.771 em 2011). O ajuste de provisão contabilizado como despesa, foi de R\$165.741 (R\$67.335 em 2011).

e) Renegociações

As operações de crédito renegociadas em 2012 totalizaram R\$11.219 (R\$141.283 em 2011) sendo que 684 (1.113 em 2011) operações, no valor de R\$88.704 (R\$126.700 em 2011) foram regularizadas por ação administrativa do agente financeiro e 2.701 (3.067 em 2011) operações, correspondente a R\$22.515 (R\$14.583 em 2011) tiveram por base medidas emanadas pelo Governo, especialmente as Resoluções CMN nºs 4028 e 4030/2011.

f) Recuperação de créditos baixados

O Fundo foi ressarcido pelo valor de R\$64.281 (R\$43.798 em 2011) e o Banco da Amazônia com R\$42.595 (R\$ 22.462 em 2011) referentes às recuperações de créditos baixados com base nas regras da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, entre renegociações e pagamentos pelos financiados.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

(Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das evoluções do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração com base nas práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 3 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo em conformidade com os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos demonstrativos financeiros. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

São Paulo, 31 de janeiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6-6-S-PA

Eduardo Braga Perdigão

Contador CRC-1CE013803/O-8-S-PA

Guilherme Portella Cunha

Contador CRC-1RJ106.036/O-5-S-PA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Luiz Fernando Pires Augusto - **Presidente**. Abidias José de Sousa Junior - **Conselheiro**. Antonio Ximenes Barros - **Conselheiro**. José Helder Silveira de Almeida - **Conselheiro**. Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios - **Conselheiro**.

CONSELHO FISCAL: Ricardo Pena Pinheiro - **Presidente**. Marcelo Saraiva Cavalcanti - **Conselheiro**. Fernando Nascimento Barbosa - **Conselheiro**. Penha Maria Barros Aguiar - **Conselheiro**.

DIRETORIA EXECUTIVA: Abidias José de Sousa Junior - **Presidente**. Antônio Carlos de Lima Borges - **Diretor de Infraestrutura do Negócio (DINEG)**. Carlos Pedrosa Júnior - **Diretor de Controle e Risco (DICOR)**. Gilvandro Negrão Silva - **Diretor de Gestão e de Distribuição (DICOM)**. Eduardo José Lima Cunha - **Diretor de Análise e Reestruturação (DIARE)**. Wilson Evaristo - **Diretor de Comercial de Recursos (DIREC)**.

COMITÊ DE AUDITORIA: Hélio Graça - **Presidente**. Carlito Silvério Ludwig - **Membro**.

CONTADOR: Maria de Belém Silva Cotta - CRC-PA-007217/0